

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS

RAFAEL MEDEIROS SANTOS

**DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO SOBRE O PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS  
ACERVOS AUDIOVISUAIS NO ARQUIVO NACIONAL**

Rio de Janeiro

2023

RAFAEL MEDEIROS SANTOS

**DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO SOBRE O PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS  
ACERVOS AUDIOVISUAIS NO ARQUIVO NACIONAL**

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística

Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Rio de Janeiro

2023

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

S237	<p>Santos, Rafael Medeiros DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO SOBRE O PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS ACERVOS AUDIOVISUAIS NO ARQUIVO NACIONAL / Rafael Medeiros Santos, -- Rio de Janeiro, 2023. 100</p> <p>Orientador: Eliezer Pires da Silva. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, 2023.</p> <p>1. Arquivologia. 2. Acervos audiovisuais. 3. Arquivo Nacional. I. Pires da Silva, Eliezer, orient. II. Título.</p>
------	---

RAFAEL MEDEIROS SANTOS

**DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO SOBRE O PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS  
ACERVOS AUDIOVISUAIS NO ARQUIVO NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Produto Técnico-Científico, requisito final para a obtenção do grau de mestre, apresentado à banca do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na linha de pesquisa Gestão da Informação Arquivística, da UNIRIO.

Aprovado em \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva (UNIRIO) - Orientador

---

Prof. Dr. Alexandre de Souza Costa (UNIRIO) – Titular Interno

---

Prof. Dr. Diego Barbosa da Silva (Arquivo Nacional) – Titular Externo

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, em especial às coordenadoras Mariana Lousada e Ana Celeste, pelo tratamento dispensado aos alunos ingressos em 2019, que tiveram o curso interrompido temporariamente por conta da pandemia de COVID-19. A relação estabelecida para continuidade do curso, com todo cuidado necessário frente ao período que atravessamos, foi indispensável. Esse registro faz-se necessário pois o acolhimento e as alternativas encontradas pelo programa foram fundamentais para o recomeço após um ciclo de incertezas e insegurança pelo qual todos nós passamos.

Agradeço aos queridos colegas do mestrado pelas trocas e vivência ao longo do curso: Ana Abede, Cláudia Garcia, Eduardo Ribeiro, Ivana Mascarenhas, Jéssica Vaz, Karolyne Sousa, Luiza Lisboa, Mila Guimarães, Rodolpho Pereira e Thais Rodrigues. As angústias, preocupações e êxitos foram compartilhados em sala de aula, e fora dela, ao longo dos anos de mestrado.

Agradeço aos professores que fizeram parte da banca de qualificação e de defesa pelas contribuições, ideias e correções, fundamentais para a conclusão deste trabalho final. Um agradecimento muito especial ao meu orientador Eliezer Pires, companheiro de jornada que em nenhum momento deixou de ser o porto seguro deste produto técnico-científico. Sua contribuição foi da maior importância neste caminho que trilhamos juntos.

Gostaria de agradecer aos amigos de trabalho que me auxiliaram e sempre me estimularam a seguir trabalhando na pesquisa, em especial Aline, Sheila, Pablo e Alexandre, cada qual desempenhando importante papel em períodos distintos, mas muito centrais para a conclusão do mestrado.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho à minha companheira, Ariane, e aos meus filhos, Benício e Joaquim. No futuro, as crianças poderão ressignificar este passo. No trajeto, Ariane foi e continua sendo excepcional para as vitórias da vida. E nesse produto, não se furtou a ser diferente, sendo minha âncora e suporte nas horas mais difíceis e motor para a continuidade e conclusão da pesquisa e do trabalho.

## RESUMO

Este estudo se concentra em analisar o processamento técnico desses documentos audiovisuais no Arquivo Nacional, a principal instituição arquivística do Brasil. Pergunta-se: qual o perfil do acervo audiovisual do Arquivo Nacional? Qual o estágio de organização desses documentos? Qual o nível de descrição arquivística desse material? O objetivo geral foi elaborar um diagnóstico arquivístico sobre o processamento técnico dos documentos arquivísticos audiovisuais no Arquivo Nacional, com três objetivos específicos: discutir conceitualmente os documentos audiovisuais e sua inserção no universo dos arquivos; problematizar o processamento técnico dos documentos audiovisuais nos arquivos; identificar o perfil do acervo audiovisual do Arquivo Nacional e suas formas de ingresso; e mapear estágio de organização, nível de descrição e digitalização do acervo audiovisual do Arquivo Nacional. A pesquisa contribui para o aprimoramento das práticas de tratamento técnico dos documentos audiovisuais no Arquivo Nacional, fornecendo um diagnóstico detalhado da situação atual. No decorrer da pesquisa, foram abordadas questões teóricas fundamentais relacionadas à Arquivologia, documentos audiovisuais e processamento técnico, proporcionando uma base para a análise da situação dos documentos audiovisuais custodiados pelo Arquivo Nacional. A metodologia utilizada envolveu a coleta e análise de documentos, bem como a exploração do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) e instrumentos de pesquisa desenvolvidos pela equipe técnica da instituição. Os resultados indicam a importância de um estudo abrangente e crítico sobre o tratamento dos documentos audiovisuais no contexto arquivístico, sugerindo a necessidade de abordagens inovadoras para o acesso e preservação de documentos audiovisuais em instituições arquivísticas.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Documentos audiovisuais. Arquivo Nacional

## ABSTRACT

This study focuses on analyzing the technical processing of these audiovisual documents at the National Archives, the main archival institution in Brazil. The question is: what is the profile of the National Archives' audiovisual collection? What is the stage of organization of these documents? What is the level of archival description of this material? The general objective was to prepare an archival diagnosis on the technical processing of audiovisual archival documents at the National Archives, with three specific objectives: to conceptually discuss audiovisual documents and their insertion in the universe of archives; problematize the technical processing of audiovisual documents in archives; identify the profile of the National Archives' audiovisual collection and its forms of entry; and map the stage of organization, level of description and digitization of the National Archives' audiovisual collection. The research contributes to the improvement of technical treatment practices for audiovisual documents in the National Archives, providing a detailed diagnosis of the current situation. During the research, fundamental theoretical questions related to Archivology, audiovisual documents and technical processing were addressed, providing a basis for analyzing the situation of audiovisual documents held by the National Archives. The methodology used involved the collection and analysis of documents, as well as the exploration of the National Archives Information System (SIAN) and research instruments developed by the institution's technical team. The results indicate the importance of a comprehensive and critical study on the treatment of audiovisual documents in the archival context, suggesting the need for innovative approaches to the access and preservation of audiovisual documents in archival institutions.

**Keywords:** Archivology. Audiovisual documents. National Archives

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
ACAN – Associação Cultural do Arquivo Nacional  
ACERP – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto  
AGEF – Armazéns Gerais Ferroviários Sociedade Anônima  
AN – Arquivo Nacional  
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações  
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAPS – Caixas de Aposentadorias e Pensões  
CEXIM – Carteira de Exportação e Importação  
CJ – Consultoria Jurídica  
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear  
CODAC – Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos  
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos  
COREG – Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal  
CP/OIC – Comissão Preparatória da Organização Internacional do Café  
CSC – Conselho Superior de Censura  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CTDAIS – Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce S.A  
DA – Departamento de Administração  
DAT – Departamento de Aplicações Tecnológicas  
DDA – Divisão de Documentos Audiovisuais  
DECEX – Departamento de Comércio Exterior  
DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública  
DIDAS - Divisao de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem  
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DP – Departamento de Pessoal  
DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural  
DSI – Divisão de Segurança e Informações  
DSPM – Divisão de Segurança e Proteção ao Menor  
EBN – Empresa Brasileira de Notícias  
FCBIA – Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência  
FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa  
FEDM – Fundo Especial dos Direitos da Mulher  
FINEP – Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas  
FRP – Fundação Roquette Pinto  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor  
FUNTEVÊ – Fundo de Financiamento da Televisão Educativa  
GM – Gabinete do Ministro  
IAPAS – Institutos de Aposentadorias e Pensões  
IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política  
ICA – International Council on Archives  
IGF – Inspeção Geral de Finanças  
IPÊS – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
LLOYDBRAS – Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro  
MAM – Museu de Arte Moderna  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MJ – Ministério da Justiça  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PDS – Partido Social Democrata  
PND – Programa Nacional de Desestatização  
POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária  
PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Radiodifusão S.A.  
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima  
SAM – Serviço de Assistência a Menores  
SAPEX – Subchefia de Atos Pessoais e Executivos  
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior  
SECOM – Secretaria de Comunicação Social  
SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República  
SG – Secretaria Geral  
SI – Secretaria de Imprensa  
SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional  
SID – Secretaria de Imprensa e Divulgação  
SID – Subchefia para Assuntos de Imprensa e Divulgação  
SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa  
SNT – Sistema Nacional de Telecomunicações  
SPE – Secretaria de Projetos Especiais  
SUBEP – Subchefia de Estudos e Projetos  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUESP – Subchefia Executiva, Subchefia Especial  
SUPAR – Subchefia de Assuntos Parlamentares  
SUREG - Superintendência Regional no Distrito Federal  
TELEBRAS – Telecomunicações Brasileiras Sociedade Anônima  
TVE – TV Educativa  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
2	<b>PERSPECTIVAS DO AUDIOVISUAL NA ARQUIVOLOGIA</b>	20
2.1	PARA UMA APROXIMAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA	21
2.2	DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS E SUA INSERÇÃO NO UNIVERSO ARQUIVÍSTICO	24
2.3	PROCESSAMENTO TÉCNICO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS AUDIOVISUAIS	29
3	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>	35
4	<b>DIAGNÓSTICO DOS ACERVOS AUDIOVISUAIS NO ARQUIVO NACIONAL</b>	46
4.1	ACERVOS AUDIOVISUAIS NO ARQUIVO NACIONAL	48
4.2	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	91
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	94
	<b>REFERÊNCIAS</b>	96
	<b>APÊNDICE</b>	99

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, no contexto global, as estruturas sociais refletem as mudanças ocorridas com o avanço tecnológico no campo da informação. A tecnologia digital desempenha papel central nestas mudanças. A velocidade da informação alterou as relações sociais entre indivíduos e instituições nas perspectivas econômicas, políticas, sociais e culturais. No campo dos arquivos, estas mudanças acarretam novas formas de pensar os arquivos em uma realidade da qual os usuários utilizam, cada vez mais, ferramentas digitais em seu cotidiano.

Com a utilização cada vez maior – e necessária – das tecnologias sociais, a aproximação entre instituições arquivísticas e usuários tornaram-se mais dinâmicas. A praticidade através da consulta via internet sobre a instituição e sobre as informações de acervos e documentos guardados na instituição aceleraram um processo anteriormente menos dinâmico. A divulgação dos documentos de arquivo de uma instituição tende a aproximar a sociedade dos arquivos. O Conselho Internacional de Arquivos, através da publicação de *Os Princípios de Acesso aos Arquivos*, em 2012, afirma que as entidades públicas e privadas de arquivo devem estar abertas ao público, visando garantir a informação às gerações futuras e atuais (ICA, 2012). Neste sentido, a promoção da informação deve ser refletida de forma a garantir o acesso irrestrito e gratuito à sociedade, resguardadas as formas previstas na lei n. 12527/2011.

Pela perspectiva do acesso aos arquivos, os documentos audiovisuais, caracterizados nesta pesquisa como documentos de arquivos, são produtos de entidades públicas ou privadas e representam o exercício de suas atividades. Da mesma forma, são documentos que guardam informações da cultura de uma entidade, e por que não de uma sociedade. E o acesso a estes documentos constituem importante contribuição para a disseminação e divulgação da história e da memória social.

A criação dos documentos, resultado de atividades de seu criador, seguem uma sequência de produção que não são tidas como naturais, embora sejam produtos de ações. Do ponto de vista tradicional, tomando a ideia de organismo vivo, segundo Thomassem (2016), a “naturalidade” na criação dos arquivos não pode ser confundida com sua utilidade e intencionalidade. A estrutura do documento, por sua vez, corresponde às relações entre os documentos, dos quais um arquivo é constituído. Esta função é desempenhada de forma ideal se a estrutura lógica e funcional do arquivo é uma representação adequada da estrutura dos processos de trabalho.

Schmidt (2014) afirma que, no final da década de 1980, principalmente com a emergência da tecnologia juntos aos arquivos, surge a necessidade de refletir sobre as novas formas de Fazer da Arquivologia. Frente a esta nova realidade, foi necessário repensar as formas de Fazer e Saber para alterar os paradigmas dominantes de forma a acompanharem a realidade enfrentada com as inovações apresentadas no final do século XX.

Os avanços na sociedade em meados do século XX levou a novas discussões voltadas a repensar os conceitos e práticas tradicionais da área. Em primeiro lugar, a expansão das fronteiras das disciplinas, principalmente da história, proporcionou a utilização de métodos e fontes (arquivísticas, inclusive) distintas e mais variadas. Segundo, a relação entre os documentos correntes e históricos, ora divididos de forma material e teórica, necessitavam de novas práticas que atendessem a evolução das instituições arquivísticas e organizações produtoras de documentos. Por fim, o aumento da complexidade das organizações obrigava uma nova concepção sobre o recolhimento de documentos, em ritmo mais acelerado e dinâmico. Em outras palavras, havia a busca por teorias e práticas mais sólidas capazes de atender a realidade do mundo contemporâneo. Tomando estas informações de Eastwood (2016), podemos refletir sobre a inserção dos documentos arquivísticos audiovisuais nas estruturas arquivísticas que foram se modificando ao longo da discussão sobre esta nova concepção sobre os arquivos.

Da mesma forma que outros gêneros documentais, os documentos audiovisuais custodiados por instituições arquivísticas devem receber o tratamento destinado, por exemplo, ao documento textual. As funções arquivísticas devem ser orientadas a abarcar este gênero documental. Neste contexto, é importante observar a diferença entre a documentação textual e a audiovisual, uma vez que esta recebe, na maior parte das vezes, um tratamento a posteriori. A gestão de documentos do gênero audiovisual segue em processo de evolução e a produção de conhecimento sobre esta função arquivística faz-se necessária para a compreensão acerca dos documentos audiovisuais inseridos no universo arquivístico. Além disso, a documentação audiovisual sofre, em alguns aspectos, pela obsolescência tecnológica e a necessidade constante de equipamentos para sua reprodução. Ultrapassar estes obstáculos é fundamental para a aplicação das funções arquivísticas e seu devido tratamento. Neste sentido, “em se tratando de organização arquivística, os princípios e técnicas, isto é, o respeito à proveniência desses documentos aliado aos métodos de identificação e classificação arquivística são os mesmos para qualquer gênero documental, caso esse constitua cunho arquivístico.” (Silva; Carvalho, 2014, p. 11).

Ainda sob esta perspectiva, a diferença entre a documentação textual e a audiovisual pode ser salientada quanto à necessidade de equipamentos tecnológicos para promover a leitura da documentação audiovisual. Para sua reprodução, duplicação e reformatação é necessária a utilização de um aparato tecnológico, ainda sujeito a mudanças determinadas pelo mercado e as consequentes atualizações de hardwares e softwares. Neste sentido, o impacto causado pelas mudanças tecnológicas afeta a forma como a reprodução e difusão dos documentos audiovisuais será proporcionada (Coelho, 2019, p. 55).

O processamento técnico dos documentos audiovisuais no Arquivo Nacional será analisado neste trabalho de forma a estabelecer um diagnóstico desta realidade na principal instituição arquivística do país. Pergunta-se: qual o perfil do acervo audiovisual do Arquivo Nacional? Como esses acervos estão distribuídos nas formas de ingresso na instituição? Qual o estágio de organização desses documentos? Qual o nível de descrição arquivística desse material? Qual o universo digitalizado para o acesso? Como é realizado o processamento técnico dos documentos arquivísticos audiovisuais no Arquivo Nacional?

Os documentos audiovisuais custodiados pelo Arquivo Nacional possuem distintos formatos e suportes: fitas U-Matic, Betacam, DVDs, DVDCam, fitas VHS, películas cinematográficas de nitrato, acetato e poliéster, dentre outros. A equipe responsável por estes documentos de arquivo é incumbida do processamento técnico dos diferentes suportes e formatos. Por processamento técnico entendemos serem as atividades, baseadas nas funções arquivísticas, inerentes à permanência destes documentos de arquivo como fontes de pesquisa para atendimento ao usuário a resquícos documentais da história e memória da sociedade. Não obstante, também constitui como uma atividade fim a preservação destes documentos arquivísticos.

Vieira (2014) colabora com nossa análise quando infere que

o surgimento e a utilização em larga escala de novas linguagens de comunicação fizeram os arquivistas se interessarem por esses novos tipos de documentos, registrados em diferentes suportes: documento audiovisual (fitas videomagnéticas, filmes, etc.), documento iconográfico (filmes fotográficos, papel emulsionado, etc.) e documento sonoro (fitas audiomagnéticas, discos etc.).

Paes (1986, p. 102), ressalta que “subsiste ainda a ideia, embora errônea, de que os arquivistas manipulam apenas documentos convencionais e meramente administrativos [...]”

Os materiais audiovisuais e cartográficos apresentam quase o mesmo interesse tanto para os bibliotecários quanto para os arquivistas. As películas cinematográficas, por exemplo, quando produzidas ou recebidas por uma administração no cumprimento de funções específicas, podem ser consideradas arquivos (Schellenberg, 1974, p. 22).

O Arquivo Nacional guarda registros audiovisuais provenientes de instituições públicas e privadas, seja por meio de doações, recolhimentos ou contratos em regime de comodato. Dentre os fundos custodiados pela instituição encontram-se registros da Agência Nacional, TV Tupi, TVE, Companhia Vale do Rio Doce, além de obras completas ou fracionadas de cineastas brasileiros como Nelson Pereira dos Santos, Luís Carlos Barreto, Ana Maria Magalhães e Joaquim Pedro de Andrade, dentre tantos outros.

Os acervos audiovisuais são organizados em fundos de arquivos, com sistemas de arranjos baseados nos documentos de referência recebidos no ato de ingresso destes acervos no Arquivo Nacional. O Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN – serve de ferramenta de sistematização de informações sobre o acervo em diferentes etapas de trabalho técnico como identificação, organização e descrição propriamente dita, podendo dispor as informações em diferentes graus de generalidade.

Assim como em outros gêneros documentais, são adotados nos documentos audiovisuais procedimentos para a preservação e conservação da documentação que proporcionam a preservação física e intelectual do documento e a difusão e acesso de seus conteúdos. Contudo, por se tratar de películas cinematográficas, estes documentos de arquivo carecem de tecnologia acessível à realidade institucional para a reprodução de sua informação e seu conteúdo e possuem características e particularidades que requerem tratamento diferenciado por parte de quem os manuseia. Esta deficiência merece atenção nesta pesquisa, pois etapas do processamento técnico é prejudicada se comparada a outros gêneros documentais. A descrição arquivística do documento audiovisual é limitada a informações advindas dos catálogos e listagens provenientes dos produtores dos documentos, para apresentarmos apenas um dos exemplos.

Desta carência, resultam dois problemas: o primeiro, de ordem interna, refere-se à dificuldade de realizar a descrição destes materiais, sendo possível apenas a descrição com as fichas técnicas provenientes da instituição produtora das filmagens, se levarmos em consideração as limitações práticas de acesso ao conteúdo das películas cinematográficas. Tomando como base a definição, de acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 67), a descrição de documentos arquivísticos seria o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa. A dificuldade relatada refere-se à limitação de acesso ao conteúdo dos documentos arquivísticos audiovisuais, em suporte de película, com vistas à produção de representação da informação, levando-se em consideração as diferentes formas de apresentação das imagens

em movimento. Segundo Santos Neto (2014, p. 23), “o esforço então concentra-se na tentativa de encontrar o significado da imagem”. E segue: “a interpretação desse significado é que servirá de base para o desenvolvimento da descrição do documento, seja ele textual, iconográfico ou uma imagem em movimento.”

O segundo, de ordem externa e consequência da primeira, é a escassez de informações do documento audiovisual que não foi “lido” nos instrumentos de referência arquivística disponibilizados aos usuários. Ou seja, a dificuldade encontrada pelos técnicos na construção de representações documentais sobre um determinado arquivo audiovisual tem como consequência a impossibilidade do usuário conhecer todo o conteúdo inserido em uma película cinematográfica.

Logo, estabelecer um diagnóstico do processamento técnico dos documentos audiovisuais permitirá ter uma imagem mais detalhada do nível de organização e descrição dos acervos custodiados pelo Arquivo Nacional. E, como desdobramento deste trabalho, refletir sobre formas de aprimoramento, a partir do aprendizado prático e da pesquisa em si, das técnicas utilizadas pelos servidores responsáveis pelo tratamento técnico destes documentos com a finalidade de dar continuidade ao acesso e à preservação física e intelectual dos documentos arquivísticos audiovisuais.

Neste sentido, segundo Thomassem (2016), as formas dos documentos, indicadoras da evidência do documento, podem ser compreendidas como a relação entre os elementos que os constituem. Há uma distinção entre forma física e forma intelectual. A forma física corresponde às características como formato, número de páginas, qualidade do suporte etc. A forma intelectual é a maneira pela qual a informação registrada foi estruturada e estabelecida em sua produção. Logo, um diagnóstico do processamento técnico permitiria apresentar um panorama capaz de subsidiar as equipes responsáveis pelo tratamento técnico dos distintos formatos dos documentos audiovisuais, tanto do ponto de quantitativo quanto qualitativo, com vistas a estabelecer planos de trabalho para a difusão e acesso à informação pertencente a este gênero documental.

A pesquisa tem como objetivo geral elaborar um diagnóstico arquivístico sobre o processamento técnico dos documentos arquivísticos audiovisuais no Arquivo Nacional, utilizando um recorte metodológico que abarca as películas cinematográficas e suas particularidades. Almeja-se, assim, contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos responsáveis pelo tratamento arquivístico que compõem a Divisão de Processamento Técnico dos Documentos Audiovisuais (DIDAS).

Deste diagnóstico, espera-se que possam ser estabelecidos, em momento oportuno, diretrizes e protocolos de trabalho que auxiliem no exercício das atividades daqueles que manuseiam, atual e posteriormente, este tipo de documento. Não obstante, auxilie também no aperfeiçoamento de instrumentos arquivísticos de referência capazes de trazer um quadro mais próximo da realidade sobre os fundos e acervos custodiados pelo Arquivo Nacional, priorizando a eficiência dos recursos institucionais e a imediata recuperação das informações contidas nestes documentos de arquivo.

Visando o alcance desse objetivo geral, elencamos três objetivos específicos para colaborar com a pesquisa e seu produto final:

- Discutir conceitualmente os documentos audiovisuais e sua inserção no universo dos arquivos;
- Problematizar o processamento técnico dos documentos audiovisuais nos arquivos;
- Identificar o perfil do acervo audiovisual do Arquivo Nacional e suas formas de ingresso; e
- Mapear estágio de organização, nível de descrição e digitalização do acervo audiovisual do Arquivo Nacional.

A pesquisa tem o intuito de contribuir com a instituição ao traçar um diagnóstico do processamento técnico dos documentos arquivísticos audiovisuais. O objetivo desta pesquisa se insere no escopo das práticas arquivísticas desempenhadas pelos técnicos responsáveis pelo tratamento técnico dos acervos custodiados pelo Arquivo Nacional. Os problemas encontrados e analisados possuem relevância considerável para o desenvolvimento das atividades cumpridas no âmbito da DIDAS, pois, uma vez que estabelecido um diagnóstico capaz de apresentar um quadro geral da situação do acervo audiovisual, poderá contribuir para o avanço da organização, descrição e preservação de documentos tão caros à história e à memória nacional.

O conhecimento produzido nesta pesquisa contribuirá para o desenvolvimento acadêmico no assunto, uma vez que a área carece de estudos sobre documentos audiovisuais, fato comprovado na revisão bibliográfica realizada até o presente momento. Além deste ponto, a pesquisa almeja auxiliar na melhora das práticas executadas ao produzir um produto técnico-científico focado no processamento técnico dos servidores, podendo ser referendado pela instituição.

Embora haja trabalhos com ênfase nos documentos audiovisuais, no Arquivo Nacional, nenhum deles se debruçou com foco em um diagnóstico do processamento técnico dos documentos arquivísticos audiovisuais. Vieira (2014) analisou a influência dos documentos especiais nas instituições arquivísticas da cidade do Rio de Janeiro. Os documentos audiovisuais, incluídos na categoria de documentos especiais, são considerados em sua pesquisa juntamente com os documentos iconográficos e sonoros, tendo como objetivo principal a análise da estrutura interna das instituições arquivísticas e a influência destes documentos nas práticas arquivísticas. Santos Neto (2014) pesquisou sobre as características dos cinejornais da Agência Nacional e sua representação arquivística da informação com foco no acesso desses filmes no SIAN e no Portal Zappiens. Por fim, Pamplona (2020) elaborou um estudo sobre a trajetória da Seção de Filmes no Arquivo Nacional, desde sua criação nos anos 1980 até a década atual.

Neste sentido, como já ressaltado, além da contribuição com a literatura arquivística e com a continuidade da pesquisa na área de documentos audiovisuais, o projeto de pesquisa se justifica por analisar com mais profundidade o nível de descrição adotado no Arquivo Nacional, a extensão da organização arquivística desse gênero documental, suas possibilidades de “inserção no universo digital” – com as possibilidades de digitalização de películas cinematográficas – e sua preservação dentro da política institucional do Arquivo Nacional.

Para dar conta da tarefa de apresentar um diagnóstico do processamento técnico dos documentos audiovisuais, o presente trabalho segue a seguinte estruturação:

No capítulo 2, intitulado “Perspectivas do Audiovisual na Arquivologia”, serão apresentados aspectos teórico-conceituais que fizeram parte da trajetória acadêmica nos últimos anos e a imersão realizada na teoria arquivística. A base teórica sobre os arquivos e suas práticas são de fundamental importância para inserir os documentos audiovisuais na perspectiva da Arquivologia. A revisão de literatura realizada no capítulo serviu como base para analisar a documentação audiovisual e promover ferramentas de análise na construção da pesquisa e dos documentos analisados de forma concreta, *in loco*.

No mesmo capítulo, é traçado um caminho que permite elaborar a construção de um percurso teórico para a elaboração do produto técnico-científico. Na seção 2.1, é apresentada a aproximação do pesquisador com a Arquivologia, na qual são revisados os conceitos inerentes à Arquivologia e se busca introduzir a discussão teórica sobre os documentos arquivísticos audiovisuais. Na seção 2.2, a pesquisa ratifica a ideia acerca dos documentos audiovisuais como documentos de arquivo, inseridos em uma instituição arquivística,

passíveis de um tratamento arquivístico e com as funções arquivísticas definidas e executadas pelos técnicos responsáveis por sua guarda, tratamento, preservação e promoção da informação com vistas ao acesso destes documentos. Na seção 2.3, procura-se estabelecer um olhar sobre o processamento técnico dos documentos audiovisuais, utilizando-se a literatura arquivística para conceituar e elencar as etapas pelas quais passam – ou deveriam passar – os documentos audiovisuais desde sua entrada, como massa documental, até a disponibilização da informação para a sociedade.

No capítulo 3, é apresentado o percurso metodológico que orientou a construção da pesquisa. Neste capítulo é apresentado o detalhamento dos procedimentos adotados, o objeto de pesquisa e o marco empírico da pesquisa, assim como os resultados preliminares que foram alcançados ao longo do estudo sobre o processamento técnico dos documentos arquivísticos audiovisuais.

No capítulo 4, são apresentados os documentos audiovisuais que constituem a pesquisa e suas particularidades. Neste capítulo buscou-se realizar um esforço de análise sobre a documentação recolhida e doada ao Arquivo Nacional ao longo de sua existência.

No capítulo 5 serão apresentadas as considerações finais sobre o diagnóstico do processamento técnico dos documentos audiovisuais, analisados nesta pesquisa, na forma de produto técnico-científico. Neste capítulo busca-se demonstrar o significado de um estudo sobre os documentos audiovisuais custodiados pela Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC) tomando como base o Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), além de instrumentos de pesquisa e controle elaborados pelas equipes técnicas desta coordenação. A reflexão sobre esta pesquisa será apresentada de acordo com os resultados obtidos e o produto gerado por sua realização, além de contribuir para novas práticas a partir dos desdobramentos deste estudo.

## 2 PERSPECTIVA DO AUDIOVISUAL NA ARQUIVOLOGIA

Nos tópicos seguintes, será apresentado o percurso teórico trilhado até o presente momento. Esta seção serve de elucidação do caminho, do ponto de vista teórico, do pesquisador. Não há pretensão de esgotamento da revisão bibliográfica, pois à medida em que é concluída a pesquisa com diferentes sujeitos que dialogam com o pesquisador, surgem referências que vão ao encontro do desenvolvimento da pesquisa e posteriores revisões do trabalho final. Nesta seção, buscar-se-á demonstrar o processo de apropriação da literatura arquivística e a relação com o objeto pesquisado e as metas a serem alcançadas.

### 2.1 PARA UMA APROXIMAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA

A natureza dos arquivos tem sido objeto de caracterização ao longo dos tempos. Como construções sociais, os arquivos refletem o tempo e espaço no qual estão inseridos. A compreensão sobre a natureza dos arquivos foi pautada no discurso arquivístico, promovendo a construção de uma base teórica em construção permanente.

Thomassem (2016) se propõe a realizar uma introdução da Arquivologia, valendo-se da apresentação de seus conceitos fundamentais. Para tanto, inicia indicando que o conceito central da Arquivologia é o conceito de arquivo. Distinta da forma como as pessoas conhecem os documentos, usuais na vida cotidiana, afirma-se que no exercício da profissão de arquivista o termo arquivo deve ser determinado de forma rigorosa. Esse rigor científico torna-se fundamental para a formulação de sistemas de arquivo, análise desses sistemas e a inter-relação entre eles. Para tanto, o autor elenca uma série de conceitos fundamentais para compreensão da disciplina e seus métodos.

A base teórica da arquivologia remonta ao século XIX, com as primeiras instituições arquivísticas e o trabalho dos arquivistas voltado para arquivos de séculos anteriores. O conceito “orgânico” orientou as qualidades dos arquivos. A naturalidade, a interconectividade e a unicidade constituíram o conceito tradicional do arquivo. Associadas a essa visão tradicional, Jenkinson discute a autenticidade (relação entre o criador e o documento “autêntico”) e a imparcialidade (livre de suspeitas sobre o documento). Esta visão tradicional predominou sobre o discurso arquivístico sobre a natureza dos arquivos até meados do século XX.

Na última metade do século XX, as ideias tradicionais foram objeto de debate e contestação pelos pensadores que buscavam novas formas de pensar os arquivos. Conceitos extraídos de outros campos deram fôlego às novas discussões no campo dos arquivos. A mutabilidade dos arquivos, como forma de contestar a ideia de um documento com status fixo e estático, fazia-se necessária para a utilização dos documentos de forma imediata, em um futuro próximo, distinta da classificação e descrição de documentos de séculos anteriores, fixos e estáticos quanto sua estrutura e ordem. A mudança da estrutura do arquivo modifica-se ao longo do tempo e do espaço, sofrendo interferências sobre sua formação, inclusive dos arquivistas nos processos de avaliação e classificação dos documentos (Eastwood, 2016).

O que caracteriza os documentos de arquivo é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-los mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Principal qualidade – seu efeito probatório.

Como produto de uma ação, precedida de uma visão de mundo e objetivo contextualizado na atividade, a criação dos documentos representa uma intenção do produtor. No mesmo sentido, na gestão de documentos, segundo Eastwood (2016), o arquivista participa da organização dos arquivos, de forma intencional, com vistas à construção de um discurso histórico através de suas práticas.

Os arquivos, segundo a terminologia arquivística, não estão sujeitos ao modo de inscrição e nem ao suporte, mas essencialmente ao contexto de sua criação. Ketelaar (2016) afirma que os arquivistas e historiadores não se contentaram apenas com o que estava inscrito em suas utilizações dos arquivos. O contexto de sua produção traz mais elementos inerentes à simples escrita redigida nos documentos. A atenção não se restringe ao documento arquivístico, mas ao seu processo funcional ou contexto de produção. O foco de análise aponta para as funções, processos e o contexto de criação dos documentos. Compreender o perfil dos documentos perpassa por esse olhar apresentado pelo autor.

A função dos arquivos, estruturados de forma a sua posterior reutilização, está relacionada à memória dos produtores do documento. Esta memória provém de registros realizados pelos produtores de forma a serem lembrados. Contudo, os arquivos possuem, em primeira instância, um caráter operacional e administrativo, conceituado como valor primário. Em segunda instância, como valor secundário, possui a função de herança histórica.

As noções tradicionais de imparcialidade e autenticidade baseiam-se em características dos arquivos como fontes de verdade. Pensadores críticos a estas visões argumentam que o arquivo não traz a verdade em si, mas versões e pensamentos fundamentados no contexto de produção dos documentos.

Do ponto de vista crítico, Ketelaar (2016) propõe a ideia de (des)construir os arquivos destacando que documentos não falam por si, mas são passíveis da interpretação do usuário que pode reinventar ou reconstruir a visão de passado dos arquivos. A realidade do fato documentado no arquivo não pode ser alterada, mas os fatos podem ser corrigidos. A revisão dos fatos pode criar condições de correção de direitos reconhecidos em lei. A criação do arquivo, por vezes, pode determinar uma visão dominante sobre determinado fato e este não pode ser restrito a uma perspectiva, mas a outras possibilidades que ultrapassam a história de seu criador. Outras perspectivas constituem o que o autor chama de genealogia do documento: dinâmica e mais efetiva.

Para Thomassen (2016) o contexto arquivístico, parte dos instrumentos analíticos da Arquivologia, representa todos os fatores ambientais – contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso – que determinam como documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Tais fatores ambientais são influenciados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico e determinam diretamente o conteúdo, a forma e estrutura dos documentos arquivísticos.

Segundo Thomassen, as funções desempenhadas pelos arquivos devem estar diretamente vinculadas aos processos de trabalho e determinam as diferenciações das tarefas dentro de uma organização. O acesso e confiabilidade dos arquivos devem ser garantidos por um arquivista, o qual deve preservar o sistema de arquivos, manter os documentos em boa ordem e fornecer rapidamente as informações necessárias para execução das tarefas.

A reorientação do pensamento arquivístico, em contraposição à negação da visão tradicional de alguns conceitos orientadores do final do século XIX, aponta para a construção e fortalecimento da arquivologia e do papel dos arquivistas e das instituições arquivísticas deveriam desempenhar na sociedade. A visão tradicional não é eliminada ou substituída, mas agregada às novas formas de pensar os arquivos dentro do tempo e espaço destes, dos arquivistas, usuários e instituições (Eastwood, 2016).

Os arquivos atestam fases consecutivas de um mesmo processo de trabalho e podem também ser usados em outros processos. Arquivos podem ser arrumados e rearrumados enquanto são trabalhados. Missões, funções e processos de trabalho podem mudar

significando que a mudança na disposição e organização dos arquivos reflete mudanças nas funções e processos de trabalho.

Para Thomassem (2016) a Arquivologia possui seus objetos, seus objetivos e sua metodologia. Nesta última, há a incorporação de métodos de pesquisa relevantes de outras disciplinas que tratam das condições sob as quais a memória é construída e reconstruída e de como as mensagens e textos são redigidos, comunicados e interpretados. A aplicação da metodologia pode, segundo o autor, apresentar duas abordagens: o método descritivo clássico e o método analítico-funcional. A primeira abordagem pressupõe uma análise dos documentos e sua disposição física para alcançar a compreensão das relações mútuas dos processos de trabalho que geraram o arquivo. Já a abordagem analítico-funcional toma o princípio da proveniência como partida para uma análise contextualizada.

Entendemos a pesquisa arquivística na interpretação das relações, sejam estas entre informações, documentos de arquivo e elementos de contexto e, também, entre pessoas, comunidades e sociedades. A pesquisa arquivística, aplicada na representação extraída de documentos de arquivos, pode apresentar tanto como as memórias são registradas, mantidas e comunicadas, como também podem ser criadas, manipuladas e apagadas.

A seleção daquilo que se preserva constitui uma pequena parte da dos testemunhos que servem para construir e alimentar memórias coletivas. O conteúdo das memórias coletivas se modifica ao longo do tempo porque tem relação com as normas da sociedade e do poder e é determinada pela forma como a informação é relatada e pelas escolhas do que deve ser lembrado e esquecido. O papel do Estado, na maior parte das vezes, é central e impositivo nessas escolhas. Ketelaar (2016) continua propondo que deve haver uma vigilância sobre a política de memória, assim como, simultaneamente, uma crítica à política de memória.

Se por um lado, a genealogia semântica dos arquivos pode parecer uma ameaça a valores tradicionais da disciplina, por outro, constitui um enriquecimento, uma extensão do documento. Neste sentido, Ketelaar (2016) acredita no poder do documento como “reservatório de significações”. Tal característica peculiar, na visão do autor, permite a construção e desconstrução dos arquivos sem, contudo, determinar o fim dos arquivos pois somente a partir deles pode-se ressignificar as informações presentes nos arquivos. A significação dos arquivos é construída pela interação daquilo que está visível e também invisível e o papel do usuário como agente que dá vida aos documentos através de sua interação com as instituições arquivísticas.

O desenvolvimento da Arquivologia é fruto dos debates travados entre as diferentes abordagens da área. De acordo com Duranti (1994, p. 50 *apud* Schmidt, 2014, p. 42), “rejeitar

todos esses pressupostos nos levaria ao vazio [...] o conhecimento tradicional pode ser transformado pela interação com as novas observações. E suas aparentes contradições podem ser reconciliadas.”. Os diferentes autores que contribuíram para a efervescência dos debates respiraram seus tempos e contextos, nos quais estavam inseridos, e suas experiências na área fomentaram os avanços dos conceitos e das práticas usuais dos períodos, produzindo o conhecimento científico do qual se apropriam os profissionais da Arquivologia em seu Fazer e Saber do mundo contemporâneo (Schmidt, 2014).

Para Cook (2018) há cinco mudanças importantes na história intelectual da profissão: a mudança do modelo de arquivos ditos estadistas, que retratavam histórias e memórias de instituições governamentais, para um modelo social – do povo, para o povo e pelo povo; a garantia de padrões aceitáveis para criação, autenticidade e caráter probatório dos documentos; a teoria arquivística passou a ser orientada na análise dos processos de produção de documentos, através de suas funções, estruturas, processos e contexto; o papel ativo do arquivista, não somente como guardião da evidência, mas como interventores e construtores de suas “casas de memória”; e, por fim, a força positiva da natureza cambiante da arquivologia, ao contrário de uma ciência estática e com leis imutáveis.

Para o futuro da Arquivologia, Cook (2018) observa o desenvolvimento de um novo esquema conceitual e teórico da profissão, na qual as mudanças na prática arquivística definirão sua teoria. O autor se refere a um novo paradigma baseado na mudança do foco da custódia dos documentos físicos para um novo foco alicerçado no contexto, propósito, finalidade, inter-relações, funcionalidade e transparência do documento, seu produtor e seus processos de produção em seus contextos de criação. O conceito de proveniência torna-se uma relação dinâmica.

## 2.2 DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS E SUA INSERÇÃO NO UNIVERSO ARQUIVÍSTICO

A presente pesquisa sustenta-se na investigação sobre o perfil do acervo audiovisual custodiado pelo Arquivo Nacional e as formas de distribuição e organização destes documentos arquivísticos audiovisuais. Para tanto, faz-se necessária uma demarcação teórica capaz de indicar o caminho trilhado pela pesquisa e que busque orientar a elaboração de um produto técnico-científico capaz de auxiliar no esclarecimento e na busca por melhores

práticas no processamento técnico dos documentos arquivísticos audiovisuais. Neste sentido, buscaremos apresentar os conceitos orientadores deste objetivo.

Theo Thomassem preceitua que o conceito central da Arquivologia é o conceito de arquivo. Distinta da forma como as pessoas conhecem os documentos, usuais na vida cotidiana, afirma-se que no exercício da profissão de arquivista o termo arquivo deve ser determinado de forma rigorosa. Esse rigor científico torna-se fundamental para a formulação de sistemas de arquivo, análise desses sistemas e a inter-relação entre eles. Os filmes custodiados pelo Arquivo Nacional, identificados como documentos arquivísticos audiovisuais, distinguem-se, no âmbito dessa pesquisa, das produções audiovisuais produzidas atualmente pela facilidade promovida pelos aparatos tecnológicos que possuímos atualmente. Por se tratar de produções cinematográficas, produzidas por entidades públicas ou privadas, estes documentos ingressam no Arquivo Nacional com a finalidade de serem identificados, classificados, organizados e disponibilizados para consulta e pesquisa histórica.

Primeiramente, compreender o conceito de documentos arquivísticos audiovisuais é fundamental para o início dessa jornada. Silva e Madio (2013) apresentam um quadro analítico no qual observam as definições de arquivo provenientes de manuais arquivísticos europeus, concluindo que os documentos audiovisuais enquadram-se nas características de documentos de arquivo. Embora as definições possuíssem a predominância sobre os documentos textuais, “os conceitos foram sendo modificados, com o desenvolver da arquivologia e, conseqüentemente, demais suportes de registros foram considerados como elementos constituintes dos documentos que compõem os conjuntos documentais orgânicos.” (Silva; Madio, 2013, p. 52).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define o documento audiovisual como o “gênero documental, integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou imagens em movimento, e registros sonoros como filmes e fitas videomagnéticas” (Arquivo Nacional, 2005, p. 73). De acordo com o glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), do Conselho Nacional de Arquivos, a definição de documento audiovisual seria o “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, com a finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros.” (CONARQ, 2014, p. 8). Nestas definições, encontramos algumas diferenças referentes à “imagem em movimento” e o “registro sonoro”. Embora estas diferenças não constituam uma finalidade nesta pesquisa, a delimitação do conceito de documento audiovisual é importante para inseri-lo no universo arquivístico. Ao

longo da pesquisa, buscar-se-á apresentar algumas diferenças entre o documento audiovisual e os demais gêneros documentais.

Ray Edmondson, em *Arquivística Audiovisual: filosofia e princípios* (2007, p. 27), aprofunda a discussão acerca dos documentos audiovisuais e o papel do arquivista audiovisual. Para o autor, os documentos audiovisuais estão inseridos em uma definição mais ampla de patrimônio audiovisual. Desta forma, uma das definições de documento audiovisual, proposta pelo autor, seria a de uma obra que possui imagem ou som reproduzível reunido em um suporte, acessível através de dispositivo tecnológico para realização de seu registro, transmissão, percepção e compreensão; no qual seu conteúdo tem duração linear; e tem como objetivo a comunicação de seu conteúdo.

Quanto ao suporte dos documentos arquivísticos audiovisuais investigados nesta pesquisa, é importante a compreensão acerca do suporte no qual estes documentos estão inseridos. As películas cinematográficas, seja em suporte de nitrato, acetato ou poliéster, requerem um tratamento específico, mediante o grau de deterioração ao qual estão sujeitos. Temperatura e umidade apresentam-se como obstáculos para a conservação dos materiais físicos dos documentos audiovisuais em formato de película. Neste sentido, não há a intenção de ignorar a organicidade desses documentos com outros gêneros documentais. Contudo, há de se considerar as distintas formas de armazenamento e conservação peculiares das películas de filmes.

Sob esta perspectiva, Manini (2016) apresenta alguns aspectos referentes ao tratamento dos documentos especiais, dando ênfase aos materiais de distintos gêneros documentais e não aos seus conteúdos. A discussão sobre o conceito dos documentos especiais – denominação atribuída por ela na análise dos documentos de arquivo – não faz parte do objetivo desta pesquisa. Contudo, vale estabelecer uma indicação deste conceito por meio da abordagem apresentada por Vieira (2014):

A ampliação da ideia de arquivo permite a utilização de "novos documentos" no âmbito da administração, no exercício de suas funções/atividades e como prova das suas ações. Esses "novos documentos" passaram a integrar os arquivos. Conforme apontado anteriormente, Rousseau e Couture (1998, p. 227) afirmam que entre as décadas de 1960 e 1970 os arquivos passaram a receber, tratar e preservar os documentos em outros suportes e linguagens, diferente dos documentos textuais em suportes papel, papiro e pergaminho. Estes foram denominados pela Arquivologia de documentos especiais (Vieira, 2014, p. 61).

Sobre a conservação destes documentos especiais, Vieira (2014) continua:

Os documentos especiais despertaram a inquietação, dos profissionais de arquivo, para sua conservação. Muito mais do que o tratamento técnico arquivístico visando seu acesso, os profissionais de arquivo estavam preocupados em como preservar esses documentos. Nesse sentido, os documentos especiais foram assim denominados por conta de seus suportes exigirem condições específicas de preservação. Para Vaganov (1990, p. 88, tradução nossa), "dada a proliferação e a importância crescente dos "novos documentos", se faz cada vez mais urgente resolver os problemas de seu armazenamento e conservação nos arquivos (Vieira, 2014, p. 63).

Segundo Manini, o armazenamento das películas deve ser realizado em locais climatizados e monitorados constantemente, entre 18° C e 21° C, e sua disposição deve ser pensada de forma a evitar danos às películas quanto ao aspecto químico – mencionado acima – e o aspecto físico. O empilhamento dos estojos deve ser planejado de forma a manter a planificação do rolo, evitando qualquer deformação (Manini, 2016, p. 553).

As formas de custódia dos documentos audiovisuais, em suporte de película, necessitam de técnicas distintas frente aos demais gêneros documentais. Sem a observação de tais procedimentos, a integridade física destes documentos é ameaçada não somente pelos efeitos ambientais de temperatura e umidade, mas também pela forma de distribuição e alocação destes documentos em seus locais de armazenamento.

Até meados da década de 1950, os filmes eram produzidos mais comumente em suporte de nitrato de celulose, produto muito inflamável e quimicamente instável. Posteriormente, para minimizar os riscos de acidentes ocasionados por este tipo de suporte, os filmes começaram a ser produzidos em acetato de celulose. Embora com menos riscos de acidente e menos inflamável, este suporte demonstrou instabilidade química com efeitos acidificantes ocasionados pelas temperaturas altas e umidade relativa alta. Esta instabilidade deteriorava o suporte com a chamada “síndrome do vinagre” – deterioração ocasionada pela acidificação do acetato de celulose que altera as propriedades físicas da película provocando seu encolhimento até sua perda total (Hollo, 2003, p. 104).

Os documentos arquivísticos audiovisuais em suporte de película enfrentam desafios quanto à conservação e à preservação física, da mesma forma que seus conteúdos e informações. A fragilidade destes suportes dificulta, por vezes, o exercício de funções arquivísticas fundamentais para o tratamento destes acervos, tal qual a descrição, difusão e acesso. Neste aspecto, há uma diferença central com outros tipos de gêneros documentais, como o textual, por exemplo. Enquanto os documentos textuais não requerem, em tese, ferramentas tecnológicas para sua leitura, os documentos audiovisuais em formato de película

exigem um aparato tecnológico obsoleto e de difícil aquisição. Se por um lado, podemos ler uma escritura datada do século XVIII, por outro temos dificuldade de acessar a informação de uma película de filme, seja pelo estágio avançado de deterioração ou pela ausência de um equipamento capaz de transmitir, a quem manuseia, sua informação.

Neste sentido, a importância da pesquisa sobre os documentos audiovisuais é fundamental para o estudo da informação e a discussão se baseia nos caminhos possíveis para sua organização em nível suficiente para a sua utilização como base de informação arquivística, histórica e cultural.

Atualmente, no contexto global, as estruturas sociais refletem as mudanças ocorridas com o avanço tecnológico no campo da informação. A tecnologia digital desempenha papel central nestas mudanças. A velocidade da informação alterou as relações sociais entre indivíduos e instituições nas perspectivas econômicas, políticas, sociais e culturais. No campo dos arquivos, estas mudanças acarretam novas formas de pensar os arquivos em uma realidade da qual os usuários utilizam, cada vez mais, ferramentas digitais em seu cotidiano.

Com a utilização cada vez maior – e necessária – das tecnologias sociais, a aproximação entre instituições arquivísticas e usuários tornaram-se mais dinâmicas. A praticidade através da consulta via internet do local da instituição e sobre informações de acervos e documentos guardados na instituição aceleraram um processo anteriormente menos dinâmico. A divulgação dos documentos de arquivo de uma instituição tende a aproximar a sociedade dos arquivos. O Conselho Internacional de Arquivos, através da publicação de *Os Princípios de Acesso aos Arquivos*, em 2012, afirma que as entidades públicas e privadas de arquivo devem estar abertas ao público, visando garantir a informação às gerações futuras e atuais (ICA, 2012). Neste sentido, a promoção da informação deve ser refletida de forma a garantir o acesso irrestrito e gratuito à sociedade, resguardadas as formas previstas na Lei n. 12527/2011.

Para cumprir essa “aproximação” entre os documentos arquivísticos e o usuário, faz-se necessária a mediação realizada pelas equipes que executam o processamento técnico dos documentos arquivísticos de uma instituição. Partimos da premissa que os documentos arquivísticos devem estar organizados, arranjados, descritos e disponíveis para seu acesso. Neste sentido, busca-se com o presente trabalho analisar o grau de organização dos documentos custodiados pelo Arquivo Nacional, traçando um diagnóstico do processamento técnico dos documentos arquivísticos audiovisuais. Este instrumento permitirá não somente mapear o grau de organização dos documentos audiovisuais como também a possibilidade de

realizar uma revisão dos procedimentos e das metodologias aplicadas no tratamento técnico desempenhado pelos técnicos responsáveis pela organização dos fundos.

### 2.3 PROCESSAMENTO TÉCNICO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS AUDIOVISUAIS

Com a finalidade de subsidiar esta pesquisa, partiremos de uma noção preliminar, do ponto de vista operacional, do que compreendemos como processamento técnico de documentos arquivísticos audiovisuais.

As atividades desempenhadas pela Divisão de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais (DIDAS), do Arquivo Nacional, são determinadas e consagradas por práticas técnico-científicas elaboradas desde sua criação. Refletindo sobre a dinâmica dos documentos arquivísticos – e procurando colaborar com um olhar capaz de contribuir com a revisão constante do processamento técnico dos documentos audiovisuais – é possível determinar que a peculiaridade deste gênero documental apresenta desafios para sua organização, tratamento arquivístico, descrição, preservação e controle de acesso.

Neste sentido, o processamento técnico seria o conjunto de atividades desempenhadas pelos técnicos desde o ingresso do documento na instituição até a disponibilização para acesso ao usuário. O controle físico-químico e intelectual dos acervos depositados na instituição, através de instrumentos de controle interno, a elaboração de instrumentos arquivísticos de referência, a alimentação de informações sobre os documentos na base de dados do Arquivo Nacional, a interlocução com usuários para consultas ao acervo e seu acesso são algumas das atividades compreendidas como processamento técnico executado pelos responsáveis pela custódia e preservação dos documentos arquivísticos audiovisuais.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, processamento técnico seria a “expressão utilizada para indicar as atividades de identificação, classificação, arranjo, descrição e conservação de arquivos. Também chamado processamento arquivístico, tratamento arquivístico ou tratamento técnico.” (Arquivo Nacional, 2005). Refletir sobre o processamento técnico, no âmbito dessa pesquisa, acarretará na análise da situação dos acervos audiovisuais na instituição tanto do ponto de vista de sua organização física quanto de sua organização nos instrumentos de pesquisa do Arquivo Nacional.

Vieira (2014) analisa a estrutura das instituições arquivísticas pesquisadas em sua dissertação e evidencia a influência francesa na organização dos “documentos especiais”, categoria que engloba os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. Foi observada uma divisão em setores responsáveis pelo processamento técnico arquivístico dos documentos textuais e dos documentos audiovisuais. Esta divisão será confirmada – ou não – através da observação sobre a forma de organização atual dos acervos audiovisuais custodiados pelo Arquivo Nacional. Sobre esta divisão, Vieira pontua:

[...] sugere-se uma não divisão hierárquica entre os setores que tratam documentos especiais e documentos textuais. Caso esta divisão seja uma opção institucional, o fundo de arquivo deve ser tratado de forma conjunta e orgânica, separado fisicamente por questões de preservação, mas logicamente relacionados por questões orgânicas, de forma que os documentos reflitam a ordem original de acumulação do produtor, conforme suas funções e atividades (Vieira, 2014, p. 125).

A reflexão sobre o estado de organização intelectual dos acervos audiovisuais apresenta-se como um dos desafios da pesquisa tomando como base de análise o Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Os acervos audiovisuais são organizados em fundos de arquivos, com sistemas de arranjos definidos a partir de sua entrada, baseado nos documentos de referência recebidos no ato de recebimento destes acervos no Arquivo Nacional. O Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN – serve de ferramenta de sistematização de informações sobre o acervo em diferentes etapas de trabalho técnico como identificação, organização e descrição propriamente dita, podendo dispor as informações em diferentes graus de generalidade.

Outro aspecto observado neste trabalho seria a descrição arquivística dos acervos audiovisuais, levando-se em consideração as particularidades destes documentos. Além deste aspecto, dar continuidade à análise desta função arquivística como uma função de pesquisa, de âmbito científico. Andrade (2008) em seu trabalho sobre a evolução dos instrumentos arquivístico de referência, traz uma satisfatória definição para a descrição arquivística:

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e sua época, além da habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. Segundo a *Society of American Archivists* (2002), seu propósito é o de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso (Andrade, 2008, p. 15).

Partindo das duas citações dos autores, podemos verificar as ideias de organização intelectual e controle intelectual apresentadas que pressupõem ações voltadas para além da

organização e disposição física dos documentos audiovisuais. O controle intelectual sobre os arquivos pressupõe a produção de conhecimento dos arquivos, ou seja, a compreensão de produção desses arquivos, desde a produção do arquivo e seu papel na sociedade (Oliveira, 2010).

A autora busca compreender o impacto da compreensão da descrição arquivística como função científica, como processo de pesquisa. Para a mesma, a descrição arquivística é “uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa – *controle intelectual* – como metodologia e métodos próprios da Arquivologia, que objetiva a produção de conhecimento sobre os arquivos e acesso aos mesmos (Oliveira, 2010, p.11, grifo nosso).

A preservação da informação contida nos documentos audiovisuais faz-se necessária, de acordo com recomendação do ICA acerca do acesso à informação para as gerações futuras e atuais. Neste sentido,

é possível traçar uma relação entre os termos arquivo e memória, uma vez que a prática da preservação dos documentos auxilia na preservação da memória. Com isso, percebe-se que sem esse tipo de instituição, como os arquivos, não seria possível perpetuar a história da sociedade de forma geral (Silva; Bedin, 2016, p. 821-822).

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2013, p. 135), o conceito de preservação é a “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.” A prevenção funcionaria de forma a prevenir um dano ocorrido. Tratando de documentos de arquivos, prevenir danos em seus suportes com a finalidade de prolongamento de sua vida útil. Para o professor Sérgio Albite Silva (1998, p. 9), “a preservação deve ser entendida, hoje em dia, pelo seu sentido geral e abrangente. Seria então toda ação que se dedica a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contém a informação.”

Refletir sobre a preservação dos filmes coloca a questão sobre dois aspectos: a preservação do suporte e a preservação da informação contida nos filmes. A deterioração dos suportes, conseqüentemente, ocasionaria a perda da informação. A ação voltada para salvaguardar os registros arquivísticos, contidos em documentos audiovisuais, constituem uma questão a ser refletida pelos arquivistas responsáveis pela custódia deste gênero documento. Neste sentido,

o profissional que responde pelos acervos de arquivos e bibliotecas, logo, também responsável pela preservação da informação custodiada, deve, entre

outras funções, reconhecer a possibilidade da deterioração dessa informação, o risco da sua perda e a consequência de ambas (Silva, 2011, p. 42).

Considerando a fragilidade dos suportes de documentos audiovisuais e a dependência tecnológica, do qual sofrem os suportes em película de acetato, quais as melhores formas de preservar a informação contida nos rolos de filmes em suporte de acetato?

Em artigo escrito em 2003, Adriana Cox Hollós apresenta um panorama da preservação de filmes no Arquivo Nacional. Desde a década de 1980, a instituição tinha como responsabilidade a preservação de matrizes cinematográficas provenientes de órgão federais, como Agência Nacional, e acervos de entidades privadas que foram doados. Em 2002, foram incluídas matrizes advindas da Cinemateca do Museu de Arte Moderna, por ocasião de uma crise que afetou a custódia dos filmes no museu.

Com a decisão de custodiar os filmes provenientes da Cinemateca do MAM e os demais acervos de filmes era fundamental o estabelecimento de uma “política de preservação para que parte da memória cinematográfica brasileira permanecesse acessível e em boas condições de conservação.” (Hollós, 2003, p. 104). Dentre as medidas adotadas pela instituição, previa-se a construção de depósitos capazes de armazenar a grande quantidade de filmes adquiridos de outras instituições, assim como programas de restauração e duplicação com o intuito de reprodução em cópias desses filmes de forma a garantir a informação – haja vista a velocidade de degradação dos suportes em acetato – com a instalação de unidades autônomas de restauração e duplicação dos filmes, capacitando os técnicos para operacionalizar estes laboratórios e minimizando o custo com conservação dos filmes.

Atualmente, o Arquivo Nacional dispõe de depósitos climatizados para a custódia de aproximadamente 127 mil rolos de filmes, separados de acordo com o estado de conservação. O grau técnico das películas de acetato leva em consideração a acidez do suporte, a existência de fungos, encolhimento do rolo, cristalização e riscos na emulsão e no suporte. De acordo com a condição dos filmes, é determinada a disposição nos depósitos de forma a minimizar as possibilidades de deterioração. Os filmes são separados de acordo com seu grau técnico. A permanência dos filmes em seus respectivos depósitos garante uma longevidade maior se comparada a guarda em espaços sem sistemas de controle de climatização e umidade relativa do ar. Contudo, a preservação do suporte, sem a condição de permitir o acesso, é suficiente? Não seria necessária uma ação voltada para a duplicação/reformatação dos filmes, como apontado por Hollós em seu artigo?

O acesso ao conteúdo dos filmes do Arquivo Nacional, atualmente, está condicionado à reprodução, por conta dos usuários, dos filmes em laboratório de digitalização privados.

Não houve nos últimos anos a implementação de um programa contínuo de duplicação e reprodução dos filmes custodiados pela instituição que garantisse a digitalização e a disponibilidade do acervo de filmes guardados no Arquivo Nacional. A criação de unidades autônomas de duplicação das matrizes cinematográficas não foi implementada e, com isso, conteúdos não são acessados para difusão de suas informações e para o trabalho de descrição realizado pelos técnicos responsáveis pela guarda dos documentos audiovisuais em suporte de película de acetato.

A forma de acesso aos conteúdos dos filmes custodiados pelo Arquivo Nacional é através da mesa enroladeira. Por meio desta mesa, é possível a visualização, com uma lupa, dos fotogramas das películas, quadro por quadro, sem a possibilidade de acesso ao som. Os limites desta forma de vista dos filmes impedem a percepção total do conteúdo dos filmes e somente permitem a visualização de imagens estáticas e desprovidas de som.

O estabelecimento de programas de preservação, que abarcam as possibilidades de acesso, tratado neste trabalho, percorre uma linha contínua entre o material físico e sua disponibilização para o usuário. Resgatando a ideia colocada pelo ICA, que visa garantir a informação para as gerações atuais e futuras, podemos refletir sobre a necessidade de implementar, de fato, uma ação voltada para a difusão da informação contida nos documentos audiovisuais. Para tanto, é necessária a participação dos arquivistas nas tomadas de decisão acerca das diretrizes sobre as escolhas referentes ao que preservar e disponibilizar. A relação entre o saber técnico dos arquivistas e as tomadas de decisão, por parte das direções das instituições arquivísticas e que influenciam nas escolhas daquilo que se deve preservar, influenciam os desdobramentos do acesso dos conteúdos dos documentos arquivísticos audiovisuais. Sobre este aspecto acerca da tomada de decisão, Sérgio Conde de Albite Silva (2011) considera:

A ameaça parece não estar no uso desta ou daquela tecnologia em si, ou na carência da avaliação mais precisa das necessidades e possibilidades existentes, mas, principalmente, na fragilidade do diálogo até agora empreendido entre aqueles que possuem conhecimento técnico/científico e os que ocupam cargos de direção e decisão (Silva, 2011, p. 48).

Para tanto, a pesquisa sobre preservação de documentos audiovisuais engloba os aspectos inerentes à conservação e à reformatação. De acordo com Cloonan (2017, p. 108), “na arquivística e na biblioteconomia, preservação é um guarda-chuva que inclui a conservação – o procedimento físico dos objetos com base em princípios científicos e práticas profissionais – assim como outras atividades que buscam cuidar de acervos em um nível global.”. Estes procedimentos visam a retardar a degradação dos documentos audiovisuais,

assim como ações de reparação e reformatação (seja ela a duplicação das matrizes ou a digitalização dos filmes). Portanto, a identificação daquilo que deve ser escolhido como passível de duplicação ou digitalização passa por decisões que ultrapassam a questão técnica de preservação dos documentos audiovisuais.

Importante ressaltar que não se pretende estabelecer a sobreposição dos documentos digitais, provenientes destas películas, sobre os documentos arquivísticos em sua forma física. A intenção da pesquisa se refere ao estudo dos documentos em formato de película e as possibilidades para sua reprodução e acesso ao usuário. A preservação das películas de acetato é cara ao estudo dos arquivos da mesma forma que a difusão de suas informações.

Considerando a impossibilidade de digitalização de todo o acervo audiovisual, é preciso refletir sobre o que determina a escolha do que será digitalizado e disponibilizado para acesso dos usuários. O Arquivo Nacional dispõe de uma política de preservação digital, na qual estabelece parâmetros de arquivos digitais para cada tipo de documento (Arquivo Nacional, 2016). Na mesma medida, discute-se, na preservação digital, além dos formatos dos documentos digitais, a confiabilidade e autenticidade dos documentos e a segurança dos ambientes de armazenamento de toda a documentação digital, seja proveniente de documentos em suporte físico ou já criados em meio digital. Sob esta perspectiva, podemos refletir sobre qual a melhor forma de preservar a informação – além do suporte físico – dos documentos audiovisuais. Santos Neto (2014), em seu estudo sobre os cinejornais da Agência Nacional, custodiados pelo Arquivo Nacional, apresenta uma das políticas de reformatação ocorridas na instituição:

O Arquivo Nacional do Brasil consciente da necessidade de promover a difusão da informação arquivística pública na internet firmou um acordo de cooperação técnica com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por intermédio do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, no dia 18 de agosto de 2008. O acordo tinha como finalidade a digitalização de obras audiovisuais sob a guarda da instituição (exceto as depositadas em regime de comodato), desde que já telecinadas, para difusão por meio de plataforma virtual na internet no âmbito do Projeto de Conteúdos Digitais do CGI.br. O exemplo pioneiro mostra que muitas das carências financeiras e profissionais das instituições públicas brasileiras podem ser minimizadas com acordos e parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e compartilhamento de recursos tecnológicos e informacionais (Santos Neto, 2014, p. 15).

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A escolha pelo objeto de pesquisa foi modificada ao longo da elaboração do projeto de pesquisa por questões inerentes ao trabalho desempenhado pelo pesquisador. Em um primeiro momento, avaliou-se elaborar um manual de digitalização de documentos audiovisuais, no Arquivo Nacional. Outrora, sobre um relatório de preservação de documentos audiovisuais centrado no fundo Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

A escolha por um produto técnico-científico que elaborasse um diagnóstico do processamento técnico dos documentos audiovisuais acabou por concentrar os esforços da pesquisa com vistas a subsidiar o trabalho desempenhado pela equipe de processamento técnico de documentos audiovisuais.

Desde então, o olhar científico e técnico concentrou-se na elaboração de uma pesquisa que pudesse auxiliar no trabalho desta equipe. Com esse intuito, em colaboração com a orientação da pesquisa, o objetivo foi direcionado para uma análise de como ocorre o processamento técnico dos documentos audiovisuais do Arquivo Nacional, tomando-se em consideração o quadro atual das informações inseridas no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), os campos de descrição preenchidos no sistema, a forma de organização desses acervos e a disponibilidade de representantes digitais presentes no sistema para acesso ao usuário.

A quantificação destes índices, associada a uma análise dos dados de cada fundo, tornou-se a pesquisa em si, almejando-se, neste caso, na elaboração de um plano de trabalho que pudesse tornar as informações do SIAN melhor elaboradas para pesquisadores e usuários que utilizam este tipo de documentação. Em seguida, seguem algumas considerações importantes sobre os acervos cinematográficos depositados no Arquivo Nacional e suas especificidades.

O Arquivo Nacional possui um acervo audiovisual de películas cinematográficas que representam registros expressivos da história, cultura e memória brasileira. Dentre estes, a instituição conta com cinejornais, entrevistas, programas de TV e shows, distribuídos em mais de 50 mil latas de filmes. Além dos registros mencionados, estão depositados no Arquivo Nacional filmes de ficção e documentários de conceituados cineastas brasileiros, como Nelson Pereira dos Santos, Luiz Carlos Barreto e Roberto Farias. Contudo, as formas de ingresso na instituição destes acervos são distintas em seu processo de entrada na instituição.

Uma das formas de entrada de documentos é o recolhimento. De acordo com a Portaria n. 252, de 30 de dezembro de 2015, recolhimento é a passagem para a guarda permanente no Arquivo Nacional de documentos produzidos e recebidos por órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, sendo assegurado ao Arquivo Nacional o acesso, a divulgação e a publicação de quaisquer documentos do acervo recolhido.

Outra forma de ingresso de documentos no Arquivo Nacional é a doação. Nesta modalidade, a entrada é determinada pela declaração de interesse público e social, operacionalizado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Além destes requisitos técnicos, devem ser analisadas a capacidade e possibilidade de recebimento de arquivos privados para doação.

Por fim, o Arquivo Nacional recebeu, em meados de 2002, da Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM), obras cinematográficas de cineastas brasileiros, contendo filmes de ficção, documentários, telejornais e filmes de família. A entrada destes acervos audiovisuais foi através de um contrato de comodato firmado entre a instituição e seus respectivos detentores. Este contrato é automaticamente renovado a cada cinco anos, caso nenhuma das partes se manifestem.

Pelo fato de haver um número significativo de filmes depositados no Arquivo Nacional, e o tempo necessário para a análise da totalidade dos acervos ser demasiadamente curto para tal empreitada, a pesquisa debruçou-se sobre as formas de entrada reconhecidas como recolhimento e doação.

Contudo, cabem algumas considerações sobre os filmes depositados no Arquivo Nacional em regime de comodato. No levantamento realizado, foram identificados 119 fundos em regime de comodato na instituição. A entrada destes acervos no Arquivo Nacional foi predominantemente marcada pela transferência para a instituição de películas cinematográficas que deram entrada após problemas na guarda destes filmes na Cinemateca do Museu de Arte Moderna. Os fundos foram inicialmente inseridos no código de referência da Cinemateca do MAM (BR RJANRIO D0) e posteriormente desmembrados com códigos próprios, identificados como fundos e inseridos sistemas de arranjo de acordo com a peculiaridade dos documentos audiovisuais. Atualmente, parte destes acervos estão inseridos no SIAN e disponibilizados com descrições nos campos obrigatórios determinados pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE. A norma pressupõe a obrigatoriedade de sete elementos de descrição, dentre os 28 determinados pela norma. São eles: código de referência, título, data, nível de descrição, condições de acesso e dimensão e suporte. Neste sentido, “esta norma deve ser aplicada a descrição de qualquer documento,

independentemente de seu suporte e gênero. Informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas.” (Nobrade, 2006, p. 19).

Os filmes depositados em regime de comodato no Arquivo Nacional são, em sua maioria, obras cinematográficas aclamadas pela crítica e constituem importantes registros do cinema brasileiro. Nestes acervos, há diversos tipos de materiais que constituem a obra final. Cada título de filme custodiado pelo Arquivo Nacional possui as cópias para exibição, negativos de imagem e som, copiões, internegativos, interpositivos, sobras de filmagens etc. A custódia destes filmes pressupõe, por parte da equipe técnica, a responsabilidade pela guarda e conservação dos acervos cinematográficos, assim como a distribuição para exibições, mediante autorização do detentor dos direitos sobre os filmes, em salas de cinema e festivais de filmes.

Para fins desta pesquisa, optou-se por analisar os documentos audiovisuais recolhidos e doados, pois não seria possível, em um primeiro momento, considerar os filmes em regime de comodato, por duas razões: a primeira, pela quantidade de películas presentes nestes acervos e suas fases de tratamento não concluídas e, a segunda, por não haver dados suficientemente palatáveis no SIAN para sua análise.

Cabe ressaltar, neste ponto, que as informações que sustentam os dados analisados foram extraídas do Sistema de Informação do Arquivo Nacional e darão suporte para o diagnóstico do processamento técnico dos documentos audiovisuais custodiados pelo Arquivo Nacional.

Neste sentido, a metodologia foi elaborada valendo-se da coleta de dados, inseridas no SIAN, dos acervos audiovisuais recolhidos e doados ao Arquivo Nacional com a finalidade de estabelecer um diagnóstico dos documentos audiovisuais. O método consistiu na construção de um quadro com os seguintes filtros:

1. título;
2. código de referência;
3. forma de aquisição;
4. nome do produto;
5. dimensão;
6. outros gêneros documentais;
7. período de produção;
8. ingresso no Arquivo Nacional;
9. nível de descrição;

10. representantes digitais registrados no SIAN;
11. organização.

Com este quadro, foi possível traçar um diagnóstico básico dos documentos audiovisuais, contribuindo para a construção de um produto técnico-científico capaz de apresentar um panorama geral do processamento técnico dos documentos audiovisuais que auxiliará os trabalhos exercidos pela equipe técnica responsável pelo tratamento dos acervos depositados no Arquivo Nacional.

De ponto de vista empírico, abaixo estão listados os conjuntos de documentos audiovisuais sob a guarda do Arquivo Nacional em regime de comodato, recolhidos e doados.

**QUADRO 1: ACERVOS AUDIOVISUAIS EM REGIME DE COMODATO NO ARQUIVO NACIONAL**

<b>FUNDO</b>	<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA NO SIAN</b>
A e B Produções Limitada	BR RJANRIO KA
Adolpho Lachtermacher	BR RJANRIO KP
Alberto Salvá Contel	BR RJANRIO VAW
Alexandre Niemeyer	BR RJANRIO L7
Alfredo Luiz de Porto Britto	BR RJANRIO JG
Allan Ribeiro da Silva	BR RJANRIO L8
Ana Maria Portilho Magalhães	BR RJANRIO KL
Antônio Nascimento Moreno	BR RJANRIO FZ
Antônio Regis Lobo Furtado	BR RJANRIO L9
Antônio Venâncio	BR RJANRIO LA
Aquarela Produções Culturais Limitada	BR RJANRIO FA
Arturo Ricardo Uranga Zinny	BR RJANRIO GC
Bacuri Produções Limitadas	BR RJANRIO KF

Barbara Villa Verde Revelles Pereira	BR RJANRIO ASV
Bernardo de Lima Borges Bernardes	BR RJANRIO FQ
Brasiliانا Produções Artísticas Limitada	BR RJANRIO KW
Braz Chediak	BR RJANRIO KV
Breno Kuperman	BR RJANRIO LB
Bruno Caldas Vianna	BR RJANRIO LE
BSB Cinema Produções Limitada	BR RJANRIO F6
Canto Claro Produções Artísticas	BR RJANRIO LF
Caribe Produções Limitada	BR RJANRIO LG
Cariry Produções	BR RJANRIO LH
Carlos Amaral da Fonseca	BR RJANRIO LJ
Carlos José Wildo Del Pino Rodriguez	BR RJANRIO LK
Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro (CPCB)	BR RJANRIO LL
Cine Qua Non Produções e Distribuições Cinematográficas Ltda	BR RJANRIO LM
Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	BR RJANRIO D0
Cleumo Segond Carvalho Cruz	BR RJANRIO FD
Coevos Filmes Limitada	BR RJANRIO JU
Conceito A em Audiovisual Limitada	BR RJANRIO KK
Corisco Filmes Limitada	BR RJANRIO L5
Domingos de Oliveira	BR RJANRIO AT9
Dream Vision Film and Video Production Limitada	BR RJANRIO FY
Dueto Produções e Publicidade Limitada	BR RJANRIO ASS

Edilson Plá	BR RJANRIO LP
Eduardo Vaisman	BR RJANRIO FN
Ela Filmes Limitada	BR RJANRIO VAV
Elizabeth Versiani Formaggini	BR RJANRIO F8
Família Frontin-Werneck	Sem registro
Filmes do Serro	BR RJANRIO AAG
Fundação Getúlio Vargas	BR RJANRIO LQ
Gerando Arte Produções	BR RJANRIO LR
Gilberto Vianna Loureiro	BR RJANRIO FV
Grupo Novo de Cinema e TV Limitada	BR RJANRIO KB
Hilton Kauffmann	BR RJANRIO G8
Isaac Rozemberg	BR RJANRIO LS
Isabella Cerqueira Campos	BR RJANRIO GN
João Maurício T. de Carvalho	BR RJANRIO LV
Jorge Fernando Durán Parra	BR RJANRIO ASU
José Antônio d'Andréa Espinheira	BR RJANRIO F9
José Sarney	BR RJANRIO JS
Julio Graber	BR RJANRIO G9
Lente Produções (Noilton Nunes)	Sem registro
Luiz Fernando Carvalho de Almeida	BR RJANRIO KM
Luiz Fernando Goulart	BR RJANRIO AT7

MAC Comunicação e Produção Ltda	BR RJANRIO KQ
Made for TV Limitada	BR RJANRIO KG
Mapa Filmes Limitada	BR RJANRIO K3
Marcelo Ferreira Mega	BR RJANRIO ASR
Maria Augusta Santana São Paulo	Sem registro
Maria José de Sant'Anna Alvarez	BR RJANRIO FK
Maria Lúcia Toledo de Martino	BR RJANRIO ASZ
Maria Luíza Aboim	BR RJANRIO FR
Maria Zilda Bethlem	BR RJANRIO JY
Meios de Produção e Comunicação Limitada	BR RJANRIO KS
Moyses Weltman	BR RJANRIO J1
MP2 Produções Limitada	BR RJANRIO JX
Murilo de Navarro de Salles	BR RJANRIO K5
Neville Duarte de Almeida	BR RJANRIO FM
Nicole Algranti	BR RJANRIO AAH
Octávio José Nogueira Bezerra Cavalcanti	BR RJANRIO LX
Orlando Bomfim Netto	BR RJANRIO VB5
Orlando de Salles Senna	BR RJANRIO FG
Oswaldo Caldeira	BR RJANRIO VAU
Palmares Produções e Jornalismo Limitada	BR RJANRIO KR
Paula Alves	BR RJANRIO LY

Paulo Potiguara Torino dos Santos	BR RJANRIO JW
Paulo Roberto de Souza Martins	BR RJANRIO KD
Pedro Luiz Porto Cavalcanti	BR RJANRIO ASW
Persin Perrin Produções	BR RJANRIO LZ
Plantel Teleducação Limitada	BR RJANRIO JT
Poliana Paiva	BR RJANRIO M1
Produções Cinematográficas L. C. Barreto Limitada	RJANRIO VB6
Produções Cinematográficas R. F. Farias Limitada	BR RJANRIO KT
Raccord Produções Artísticas e Cinematográficas Limitada	BR RJANRIO G5
Radiante Filmes Limitada	BR RJANRIO K9
Raiz Cinematográfica Limitada	BR RJANRIO M3
Regina Berardo	BR RJANRIO M4
Regina Filmes Limitada	BR RJANRIO M5
Regina Helena Machado	BR RJANRIO FL
Ricardo Moniz Barreto de Aragão	BR RJANRIO G1
Ricardo Pinto e Silva	BR RJANRIO M6
Roberval Duarte de Araújo	BR RJANRIO FE
Roman Bernard Stulbach	BR RJANRIO AT8
Ronaldo German	BR RJANRIO H2
Rosário Produções Cinematográficas e Audiovisuais Ltda.	BR RJANRIO G2
Ruy Guerra	BR RJANRIO AT6

Sérgio Peo	BR RJANRIO M7
Sertaneja de Cinema Limitada	BR RJANRIO M9
Silvio César Coutinho	BR RJANRIO AST
Silvio Pirôpo Da-Rin	BR RJANRIO K7
Skylight Cinema Foto e Art Limitada	BR RJANRIO KH
Sylvio Back	BR RJANRIO KN
Taiga Filmes e Video Ltda	BR RJANRIO KJ
Tangerina Entretenimento Limitada	BR RJANRIO ASX
Topázio Filmes Ltda	BR RJANRIO LU
Toscana Audiovisual Limitada	BR RJANRIO G7
Trópicos Arte e Comunicação Limitada	BR RJANRIO K8
TV Zero Produções Audiovisuais Limitada	BR RJANRIO K2
Vemver Comunicação e Difusão Limitada	BR RJANRIO KI
VF Produções de Arte Limitada	BR RJANRIO G4
Victor Hugo de Almeida	BR RJANRIO GD
Vitória Produções Cinematográficas Limitada	BR RJANRIO K4
Vladimir Carvalho da Silva	BR RJANRIO KX
Waldo Ferreira da Silva	BR RJANRIO MB
Walter Lima Júnior	BR RJANRIO MC
Ypearts Audiovisual Ltda	BR RJANRIO KC
ZS Três Marias Audiovisuais Limitada	BR RJANRIO ASY

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da consulta à Divisão de Documentos Audiovisuais e Sonoros – DIDAS

A seguir, estão listados os conjuntos de documentos audiovisuais recolhidos ao Arquivo Nacional. Esses acervos foram produzidos/acumulados por entidades públicas do Poder Executivo e sua custódia definitiva pertence ao Arquivo Nacional para fins de preservação e acesso deste patrimônio audiovisual.

**QUADRO 2: ACERVOS AUDIOVISUAIS RECOLHIDOS AO ARQUIVO NACIONAL**

<b>FUNDO</b>	<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA NO SIAN</b>
Agência Nacional	BR RJANRIO EH
Arquivo Nacional	BR RJANRIO AN
Carteira de Comércio Exterior	BR RJANRIO HZ
Comissão Nacional de Energia Nuclear	BR RJANRIO NN
Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro	BR RJANRIO LD
Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	BR RJANRIO AAA
Conselho Nacional de Direitos da Mulher	BR RJANRIO NZ
Departamento Nacional de Obras de Saneamento	BR RJANRIO AA9
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	BR RJANRIO 04
Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)	BR RJANRIO NS
Empresa Brasileira de Notícias	BR RJANRIO NL
Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (TVE)	BR RJANRIO FS
Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência	BR RJANRIO 0N
Fundação Nacional da Arte	SEM REGISTRO

Instituto Brasileiro do Café	BR RJANRIO N9
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários	BR RJANRIO LT
Ministério do Exército	BR RJANRIO AAB
Ministério das Relações Exteriores	Sem Registro
Museu da República	Não identificado
Presidência da República	BR RJANRIO DX
Radiobras Empresa Brasileira de Radiodifusão	BR RJANRIO 06
Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste	BR RJANRIO TS
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	BR RJANRIO JP
Telecomunicações Brasileiras SA	BR RJANRIO CZ

Fonte: elaborado pelo autor, com base no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - SIAN.

O levantamento acima foi apurado com base nos registros disponíveis no Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN<sup>1</sup>. Esses 24 títulos de fundo de arquivo correspondem a 2,4% dos 996 conjuntos documentais que constam no SIAN, no entanto, superam o volume de 20 mil itens.

O universo dos acervos audiovisuais doados ao Arquivo Nacional pressupõe a formalização de transferência da propriedade e posse, incluindo o registro das condições para os seus usos. Há uma diversidade nessa linha de aquisição de acervos pelo Arquivo Nacional: entidades privadas, pessoas físicas em vida ou seus sucessores, políticos, cineastas. A informação sobre a custódia desses acervos está disponível na base de dados do Arquivo Nacional e essa forma de ingresso encontra-se identificada no campo “Procedência” da descrição arquivística.

### QUADRO 3: ACERVOS AUDIOVISUAIS DOADOS AO ARQUIVO NACIONAL

FUNDO	CÓDIGO DE REFERÊNCIA NO SIAN
-------	------------------------------

<sup>1</sup> Consulta em 10/01/2023. <http://an/sian/principal.asp>

Apolônio de Carvalho	BR RJANRIO GK
Carlos Henrique Latuff	BR RJANRIO H7
Cesar Nunes Produções Cinematográficas	BR RJANRIO NK
Elysio Martins	BR RJANRIO F7
Ernesto Germano Páres	BR RJANRIO FJ
Instituto Brasileira de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)	BR RJANRIO HA
Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)	BR RJANRIO QL
Luis Carlos Lacerda	BR RJANRIO JZ
Marcus Vinícius Pereira Alves	BR RJANRIO JI
Maria da Conceição da Costa Neves	BR RJANRIO CCN
Mario Lago	BR RJANRIO ML
Nélie Sá Pereira	BR RJANRIO JJ
Nelson Rodrigues, Noilton Nunes, Rubem Corveto de Azeredo e Paulo Roberto Jabour	BR RJANRIO G3
Roland Corbisier	BR RJANRIO VB0
TV Tupi	BR RJANRIO NO

Fonte: elaborado pelo autor, com base no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - SIAN.

#### **4 DIAGNÓSTICO DOS ACERVOS AUDIOVISUAIS NO ARQUIVO NACIONAL**

A elaboração de um diagnóstico do processamento técnico dos documentos audiovisuais apresenta-se como produto técnico-científico e está diretamente relacionado ao trabalho desempenhado pelo pesquisador em suas atividades laborais no Arquivo Nacional. A reflexão sobre o tema passa pela prática desempenhada há cinco anos na Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos.

O processamento técnico dos documentos audiovisuais pressupõe o tratamento arquivístico destinado a esse gênero documental. A identificação, o acondicionamento, a conservação, a alimentação da base de dados com as informações encontradas nas latas de filmes e nas imagens disponíveis, a descrição dos itens documentais, a relação estabelecida com o usuário nas consultas e pesquisas e a promoção do acesso a estes filmes fazem parte do trabalho desempenhado pela equipe técnica responsável pela guarda e preservação deste acervo documental.

Neste sentido, a compreensão desse fazer prático e intelectual e sua análise são base fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. E a elaboração de um produto capaz de auxiliar neste fazer tornou-se o horizonte a ser alcançado, tendo como base inicial a elaboração desta pesquisa.

Para tanto, a utilização de uma base de dados consolidada entre técnicos e usuários é a espinha dorsal para a pesquisa em si. O Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN – subsidiou toda a coleta de dados elaborada ao longo da pesquisa. Com base nas informações contidas no sistema, foi possível a elaboração de um quadro com as informações disponibilizadas no sistema para os usuários. Deste quadro, capaz de apresentar um panorama geral das informações pertinentes aos documentos audiovisuais depositados no Arquivo Nacional, foi possível realizar uma imersão e uma reflexão sobre o processamento técnico destes documentos.

Estes documentos são armazenados em depósitos climatizados com controle de temperatura e umidade, e classificados e divididos de acordo com o suporte e seu o estado de conservação. O acervo é separado em depósitos distintos, isolados uns dos outros, a fim de evitar a possível contaminação causada pela síndrome do vinagre.

O Arquivo Nacional possui uma equipe de servidores especializados no trabalho de identificação, organização, descrição e conservação de películas cinematográficas, fitas videomagnéticas e arquivos digitais. À medida que o processamento técnico é realizado, as

informações passam a ser inseridas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional<sup>2</sup> local destinado para acesso aos conteúdos e às informações técnicas dos documentos custodiados pela instituição, bem como aos arquivos digitais, chamados de representantes digitais, de algumas das imagens em movimentos contidas nos filmes.

O Arquivo Nacional não detém equipamentos para a projeção e reprodução das películas cinematográficas e a forma de visionamento realizado pela equipe técnica é através de mesa de revisão, visualizando fotograma por fotograma, sem som. As fitas videomagnéticas de uma e duas polegadas, conhecidas como quadruplex, não possuem alternativa para visualização e reprodução que não seja laboratório externo.

A conjugação desses procedimentos representa, nesta pesquisa, o processamento técnico dos documentos audiovisuais e possui particularidades frente aos demais gêneros documentais.

As informações seguintes foram extraídas do SIAN, instrumento capaz de proporcionar distintos níveis de pesquisa e obtenção de dados dos arquivos depositados no Arquivo Nacional. O SIAN possui dois módulos de pesquisa: Fundos e Coleções e MAPA.

A utilização do módulo de pesquisa FUNDOS E COLEÇÕES foi baseada na pesquisa multinível, que permitiu a navegação e a coleta de dados baseada na hierarquia dos níveis de descrição dos fundos conforme sua estrutura de organização.

O quadro expositivo que deu origem ao panorama geral do acervo audiovisual foi elaborado a partir de uma estratégia metodológica, que considera as informações inseridas no SIAN até o presente momento. Isto não encerra o trabalho em si, mas abre possibilidades futuras para novas abordagens, levando-se em consideração o método utilizado. Na pesquisa, foram realizadas “perguntas à base de dados” que consideraram o título do fundo, seu código de referência, sua forma de entrada/aquisição, o nome do produtor do fundo, a dimensão quantitativa do fundo depositada no AN, a existência ou não de outros gêneros documentais, o período de sua produção documental, a data de ingresso na instituição, o nível de descrição alcançado no processamento técnico, a existência de representantes digitais (arquivos digitais) para acesso a usuários do SIAN e o nível de organização do fundo.

Deste quadro, foi realizada uma exposição dos fundos recolhidos e doados que seguem a seguir. Os fundos depositados em regime de comodato não foram considerados nesta pesquisa pelo recorte metodológico explicitado anteriormente, assim pelo fato de não haver no SIAN informações suficientes para a exploração pretendida com essa pesquisa.

---

<sup>2</sup> <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

#### 4.1 ACERVOS AUDIOVISUAIS NO ARQUIVO NACIONAL

Foram identificados 39 fundos que contêm documentos audiovisuais e fizeram parte do recorte de pesquisa. A seguir, serão apresentadas as características dos fundos, tomando como base a coleta de dados realizada no SIAN. Para tanto, foram sintetizadas as informações referentes ao título, código de referência, forma de aquisição, produtores, dimensão dos dossiês e itens documentais, gêneros documentais presentes nos fundos, data de produção e de ingresso na instituição, os instrumentos de pesquisa relacionados, o nível de descrição do fundo na base de dados, a quantidade de representantes digitais/ arquivos digitais existentes e a forma de classificação e organização.

##### **Agência Nacional (EH)**

A Agência Nacional foi criada em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-lei n. 7582, quando foi extinto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e instituído o Departamento Nacional de Informações, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Exteriores. A Agência Nacional integrava o novo departamento como uma unidade administrativa com atribuições específicas. A Agência Nacional tinha um caráter informativo e atuava na distribuição de noticiário e serviço fotográfico à imprensa da Capital e dos Estados. Além de seu caráter jornalístico, possuía também um viés político na divulgação e promoção do governo vigente.

A data de produção compreende os anos de 1935 a 1982. Sua principal atribuição era a divulgação dos atos oficiais e realizações do governo federal de vídeos, fotografias e transmissões radiofônicas. Foi encerrada em 1979, quando passou a ser chamada de Empresa Brasileira de Notícias (EBN).

O ano de ingresso no Arquivo Nacional do acervo foi 1964, através de recolhimento. O fundo possui cinco níveis de descrição, divididos em quatro séries – documentos textuais, documentos sonoros, filmes e fotografias. Na série de filmes, há seis subséries divididas em temas, organizadas de forma cronológica – Atualidades, Brasil Hoje, Cinejornal Brasileiro, Cinejornal Informativo, Documentários e Filmetes Institucionais.

O acervo filmográfico possui 1071 dossiês, com um total de 9.627 películas cinematográficas, descritas no nível 5. Há películas em estado de deterioração avançado, separadas em um depósito específico para filmes com síndrome do vinagre. Em meados dos anos 80, o acervo da Agência Nacional foi telecinado e gravado em fitas U-Matic,

posteriormente transferido para fitas VHS, utilizadas para consulta dos usuários. Desta telecinagem, foi possível a digitalização das imagens das películas cinematográficas para inclusão no SIAN para difusão de seus conteúdos. Atualmente, a Agência Nacional possui 999 representantes digitais, o maior quantitativo de arquivos digitais, de imagens em movimento, para consulta no SIAN.

### **Apolônio de Carvalho (GK)**

Nascido em 9 de fevereiro de 1912, Apolônio de Carvalho foi oficial de artilharia pela Escola Militar de Realengo e fundador da Aliança Nacional Libertadora, em Bagé e cidades vizinhas. Participou da Guerra Civil Espanhola como voluntário da República Popular (1937-1939). Integrou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), dele se afastando em 1967. No ano seguinte, fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR, 1968), participando até 1978. Em 1979, foi preso e banido pelo sequestro do embaixador alemão Von Holleben, retornou no período da Anistia, no mesmo ano. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, ocupando a Direção Nacional do partido. Faleceu em 23 de setembro de 2005, aos 93 anos, no Rio de Janeiro.

Seu acervo pessoal foi doado pela viúva, em 24 de janeiro de 2012, e o termo de doação foi assinado em 4 de outubro de 2012. A documentação foi produzida entre 1920 e 2005.

O fundo possui três séries, distribuídas por gêneros documentais (sonoros, textuais e filmes). Constam documentos iconográficos informados no ato de doação e na relação de dimensão e suporte; contudo, não inseridos no sistema de arranjo do fundo no nível de série, como os demais assinalados. Na série de filmes, há 15 dossiês e 16 itens documentais, no suporte de fitas videomagnéticas. Não há películas cinematográficas no fundo. Não há representantes digitais no SIAN para consulta de usuários externos.

Em 2013, parte do acervo textual foi solicitado para utilização pela Comissão Nacional da Verdade, como parte do objeto de estudo sobre as violações de direitos humanos, durante a Ditadura Militar (1964-1985).

### **Arquivo Nacional (AN)**

Previsto na Constituição de 1824, o Arquivo Público do Império foi estabelecido na Secretaria dos Negócios do Império pelo Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838. Tinha

por competência a guarda dos diplomas legais dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador, dos documentos eclesiásticos, dos relativos à família imperial e às relações exteriores.

Em 3 de março de 1860, o Decreto n. 2.541 reorganizou o órgão, que passou a guardar e classificar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia do Brasil.

Em 21 de novembro de 1889, pelo Decreto n.10, o Arquivo Público do Império teve seu nome alterado para Arquivo Público Nacional, mantendo-se na Secretaria dos Negócios do Interior.

Em 3 de dezembro de 1892, o Decreto n. 1.160 o transferiu para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em 21 de novembro de 1958, o Decreto n. 44.862 aprovou uma nova competência para o órgão: preservar os documentos de valor administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos da União e entidades de direito privado por ela instituídas e os de valor histórico, provenientes de entidades públicas ou particulares; possibilitar seu uso aos órgãos governamentais e particulares e promover a pesquisa histórica, realizá-la, e divulgar a história pátria, visando a educação cívica do brasileiro.

Em 15 de outubro de 1975, a Portaria n. 600-B do Ministério da Justiça determinou que o órgão tinha por finalidade recolher e preservar o patrimônio documental do país com o objetivo de divulgar o conteúdo científico cultural e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional.

A Portaria n. 384, de 12 de julho de 1991, do Ministério da Justiça, aprovou um novo regimento interno para o Arquivo Nacional, que se tornou o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos. Sua finalidade, desde então, é executar a gestão, o recolhimento, a guarda, a preservação e a restauração do acervo arquivístico da Administração Pública Federal, bem como dos documentos privados de interesse público, sob sua guarda, garantindo o acesso público às informações neles contidas, com o objetivo de apoiar o governo nas suas decisões político-administrativas, o cidadão na defesa dos seus direitos, divulgando o conteúdo de natureza técnica, científica e cultural, incentivando a pesquisa e implementando a política arquivística do Governo Federal, visando a racionalização e a diminuição dos custos públicos.

Em junho de 2000, várias medidas provisórias com o objetivo de dar melhores condições ao combate à violência na sociedade brasileira são editadas e reeditadas, implicando em reorganização ministerial. No conjunto dessas mudanças, o Arquivo Nacional tem sua subordinação transferida do Ministério da Justiça para a Casa Civil da Presidência da República, ato finalmente consolidado pela Medida Provisória n. 2.049-2, de 29 de junho de 2000.

Em janeiro de 2011, nova reformulação administrativa da administração pública federal fez o Arquivo Nacional retornar à pasta da Justiça. Em 2023, após reestruturação ministerial, o Arquivo Nacional ganhou status de Secretaria no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Na instituição, concentra-se a produção documental acumulada desde 1838, distribuída em documentos iconográficos, cartográficos, textuais, sonoros e audiovisuais. A documentação audiovisual compreende filmes e fitas videomagnéticas referentes à reportagens e projetos da instituição, veiculados na televisão, e programas de divulgação de outros órgãos, doados ao Arquivo Nacional. Fitas audiomagnéticas de cursos e seminários referentes à arquivologia, história, conservação de documentos e discursos em solenidades do Arquivo Nacional.

No nível de descrição 4, o fundo possui 116 dossiês com 124 itens documentais identificados no SIAN. Há 11 representantes digitais disponíveis para acesso na base de dados.

### **Carlos Henrique Latuff (H7)**

Carlos Henrique Latuff de Souza, cartunista brasileiro, nasceu em 30 de novembro de 1968. Iniciou sua carreira como ilustrador de publicidade em 1989, passando logo a trabalhar como colunista na imprensa sindical. No começo da década de 1990, com a popularização da internet no Brasil, deu início ao seu ativismo artístico, produzindo desenhos copyleft sobre o movimento zapatista. Após viagens aos territórios ocupados da Cisjordânia, em 1999, tornou-se um simpatizante da causa palestina, dedicando parte de seu trabalho a esse tema.

Seu acervo foi doado pelo mesmo em duas ocasiões, em 2007 e 2010. A documentação doada ao Arquivo Nacional possui charges, ilustrações sobre a causa palestina, a Guerra do Iraque, conflitos no Líbano, no Afeganistão, no México, com ênfase no movimento zapatista, além de apresentar um olhar sobre os trabalhadores ferroviários e a

situação das rodovias no Brasil. Dentre os documentos custodiados na instituição, encontra-se o livro *Palestine Non-Stop*, publicado em inglês e árabe, e apresenta uma coletânea de charges sobre a causa palestina.

Sua produção documental, compreendendo o ano de 1999 a 2007, foi organizada em uma série intitulada Produção Intelectual, com uma subsérie classificada como Filmes. Nesta subsérie, encontramos 27 dossiês, cada qual representada por um item, organizados de forma temática. Todos os dossiês possuem representantes digitais e podem ser acessados pelo SIAN.

Analisando os níveis de descrição no SIAN e a documentação recebida no ato de doação, podemos inferir que a organização do sistema não foi concluída de forma a disponibilizar a documentação biográfica e iconográfica, que conta com aproximadamente 2.850 itens, distribuídos em charges, caricaturas, ilustrações, quadrinhos, livro etc.

### **Carteira de Comércio Exterior (HZ)**

Órgão criado pela Lei n. 2.145, de 29 dezembro de 1953 (regulamentada pelo Decreto n. 34.893, de 5 de janeiro de 1954), em substituição à Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) do Banco do Brasil. Foi extinta no início dos anos 90 e substituída inicialmente pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX), que foi sucedido pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

A concessão de licenças de importação ficaria a cargo da CACEX, o novo órgão que vinha substituir a desgastada CEXIM. Também competiria à CACEX emitir licenças de exportação, as quais poderiam ser negadas em casos especiais como, por exemplo, em circunstâncias em que a garantia de abastecimento do mercado interno aconselhasse a formação de estoques, ou quando o exigissem os interesses da segurança nacional.

O encaminhamento do acervo deu-se em 23 de setembro de 2003 por ofício da Coordenação-Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O termo de recolhimento foi assinado pelo órgão encaminhador em 30 de junho de 2003. O acervo foi cadastrado no SIAN em 17 de dezembro de 2014.

A documentação audiovisual recolhida junto à Coordenação-Geral de Serviços Gerais, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior corresponde a cinco itens documentais, distribuídos em três dossiês. A temática das produções audiovisuais remete ao papel do Brasil nas exportações de produtos, no período de 1982 a 1985. Não há representantes digitais registrados no SIAN para consulta de usuários.

### **César Nunes Produções Cinematográficas (NK)**

Aiçor César Nunes (1920-1990) foi jornalista, produtor cinematográfico e radialista. Fundou, em 1940, a empresa Produções Cinematográficas César Nunes Limitada, editora de jornais cinematográficos e documentários, entre 1940 e 1981.

O acervo cobre trinta anos da Produções César Nunes, dos anos 1950 até meados dos anos 1980, com registros de atividades de diversos governos do estado da Guanabara – posteriormente Rio de Janeiro. O foco principal eram os governadores do estado do Rio de Janeiro, prioridade nas coberturas do cinejornal Revista da Tela. Em segundo lugar, vêm as atividades dos prefeitos, com a maior parte das coberturas voltadas para aqueles da cidade de Petrópolis, sede das Produções César Nunes. Seguem-se as coberturas dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e demais cidades fluminenses. Para o projeto Memórias Reveladas, destacam-se a posse do presidente Castelo Branco e o retorno do exílio de Leonel Brizola.

O acervo foi doado pelo Arquivo Nacional, após a compra pela Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), dando entrada na instituição em 23 de novembro de 1989.

A organização da documentação audiovisual segue em processamento técnico e foi elaborada em séries e subséries por ordem cronológica, assunto e espécie. A dimensão do acervo audiovisual corresponde a 554 dossiês, com um total de 781 itens documentais em suporte de películas de acetato. Existem 41 representantes digitais inseridos no SIAN para consulta.

### **Comissão Nacional de Energia Nuclear (NN)**

O Decreto n. 40.110, de 10 de outubro de 1965, criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), vinculando-a à Presidência da República. Pelo Decreto n. 75.569, de 7 de abril de 1975, passou a fazer parte do Ministério de Minas e Energia. Dentre as suas atribuições, estava a de assessoramento a esse ministério no estudo das medidas necessárias à formulação, pelo presidente da República, da política nacional de energia nuclear.

A documentação foi recolhida em 25 de junho de 2007 e contém 8 dossiês com 11 itens documentais com informações referentes às atividades de solenidades do presidente da comissão, utilização da energia nuclear, experimentos de fissão de átomos e outros. As produções audiovisuais datam do período de 1960 a 1970. O fundo é organizado por gênero e

assunto e possui cinco representantes digitais inseridos no SIAN e acessíveis para pesquisa de usuário.

### **Companhia de navegação Lloyd Brasileiro (LD)**

A companhia foi criada através de um contrato firmado entre o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e os cidadãos Barão de Jaceguai, Dr. Antônio Paulo de Mello Barreto e o comendador Manoel José da Fonseca, autorizado pelo Decreto n. 280, de 19 de janeiro de 1890, tendo por finalidades a junção das companhias de navegação subvencionadas pelo Estado Brasileiro, auxiliar na defesa marítima do Brasil e conservar pessoal marítimo apto para o serviço da guerra.

A partir da Lei nº 420, de 10 de abril de 1937, o Poder Executivo da República do Brasil ficava autorizado a assumir a responsabilidade de todo o ativo e passivo da sociedade anônima Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, incorporando todo o seu acervo ao patrimônio federal, ficando esta companhia diretamente subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

O regimento do Lloyd Brasileiro foi aprovado pelo Decreto n. 4.969, de 4 de dezembro de 1939, que modificou as suas funções, ligando-as à exploração, manutenção e controle do serviço público de transportes marítimos, fluviais e lacustres e modificou o seu nome para Lloyd Brasileiro. O Decreto-lei n. 3.149, de 26 de março de 1941, dispôs que a direção do Lloyd Brasileiro passasse a ser exercida pela Comissão da Marinha Mercante. O Decreto-lei nº 6.128, de 21 de dezembro de 1943, alterou o decreto anterior, postulando que o Lloyd Brasileiro seria dirigido por um diretor designado pelo Presidente da República do Brasil, dentre os membros da Comissão da Marinha Mercante. O Decreto-lei nº 5.1241, de 23 de agosto de 1961, instituiu a Comissão de Planejamento para a unificação do Lloyd Brasileiro e da Companhia Nacional Costeira.

O Decreto-lei n. 67, de 21 de novembro de 1966, extinguiu o Lloyd Brasileiro, criando a Companhia Brasileira Lloyd Brasileiro, que tinha por finalidade explorar o transporte marítimo de bens e passageiros. O Decreto n. 60.085, de 17 de janeiro de 1967, aprovou a constituição da sociedade por ações Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. O Decreto n. 63.985, de 13 de janeiro de 1969, alterou o estatuto social desta

companhia, que passou a ser vinculada ao Ministério dos Transportes. O Decreto n. 35, de 11 de fevereiro de 1991, aprovou a estrutura regimental do Ministério da Infra-Estrutura, do qual passou a fazer parte a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Em 02 de abril de 1998, a Lei n. 9.617, extinguiu a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS, transferindo para a União, na qualidade de sucessora, todos os direitos e obrigações da companhia extinta, bem como todos os seus bens imóveis, móveis, materiais e equipamentos.

O acervo da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro foi recolhido em meados do ano 1996 e possui, além da documentação audiovisual, outros gêneros documentais, tais como: iconográficos, textuais, cartográficos e micrográficos, compreendendo o período de 1920 a 2000. Contudo, a documentação disponibilizada para acesso no SIAN conta apenas com informações sobre filmes e mapas, inseridos na série Departamento Técnico.

No nível de dossiês das subséries filmes e mapas, há, respectivamente, 26 e 64 dossiês. Com relação à documentação audiovisual, o quantitativo de itens documentais é de 26 itens, sendo 17 em suporte de películas de 8 mm.

### **Companhia Vale do Rio Doce (AAA)**

A Companhia Vale do Rio Doce S.A. (CVRD) foi criada pelo Decreto-lei n. 4.352, de 1 de junho de 1942, destinada à exploração, comércio, transporte e exportação do minério de ferro das minas de Itabira e exploração do tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no contexto dos Acordos de Washington. Como órgão da administração indireta, reportava-se diretamente ao presidente da República. O patrimônio inicial da Companhia foi constituído com a incorporação à União dos bens até então pertencentes à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia. Pelo projeto de estatutos, compreendia três órgãos de caráter administrativo (Diretoria, Conselho Fiscal e Assembleia Geral) e dois departamentos: o da Estrada de Ferro Vitória-Minas e o das Minas de Itabira. O Departamento da Estrada de Ferro ficaria a cargo de diretores brasileiros, e o Departamento das Minas seria administrado conjuntamente por diretores brasileiros e norte-americanos.

A composição da Diretoria foi alterada pelo Decreto-lei n. 5.773, de 24 de agosto de 1943, passando a funcionar com um presidente e um vice-presidente, de nacionalidade brasileira, e três diretores, sendo dois de nacionalidade norte-americana. Pelo mesmo decreto foi criado mais um departamento: o Departamento de Obras.

A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada em 6 de maio de 1997 e teve seu nome alterado para Vale em 29 de novembro de 2007.

Os documentos filmográficos deram entrada no Arquivo Nacional originalmente em regime de comodato, procedentes do Museu de Arte Moderna (MAM), sendo, à época, considerados integrantes da coleção Cinemateca do Museu de Arte Moderna.

Em 2008, foram formalmente separados do restante, sendo reclassificados na instituição como integrantes do fundo Companhia Vale do Rio Doce S.A., sendo registrados, em seguida, com um código próprio e identificados como documentos recolhidos pela instituição.

O fundo contém 768 itens documentais audiovisuais, em suporte de película de acetato e sua identificação foi realizada no ato de ingresso no Arquivo Nacional, com sua produção datando do ano de 1983 a 1995. Embora haja uma quantidade considerável de filmes preservados na instituição, o processamento técnico encontra-se incompleto e o fundo possui apenas sete registros no nível de dossiês, todos com representantes digitais disponíveis para consulta pelo SIAN.

Assim como outros fundos, observamos a necessidade de avanço na descrição da documentação audiovisual vasta deste acervo. Nos últimos anos, a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC) tem buscado parceria com a própria empresa para a digitalização do acervo depositado, mas não obteve sucesso. A digitalização deste material de arquivo, assim como tantos outros, permitiria o acesso às imagens pregressas das atividades desempenhadas pela Companhia Vale do Rio Doce, assim como auxiliariam na descrição dos documentos, na elaboração de informações no SIAN e em futuras pesquisas sobre a história da companhia.

### **Conselho Nacional de Direitos da Mulher (EZ)**

A Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas para eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos e plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. O CNDM foi estabelecido vinculado ao Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira, organizado em Conselho Deliberativo, Assessoria Técnica e Secretaria Executiva. A mesma lei instituiu o Fundo

Especial dos Direitos da Mulher (FEDM), destinado a gerir recursos orçamentários e extraorçamentários e a financiar as atividades do CNDM.

Pelo Decreto n. 91.696, de 27 de setembro de 1985, o CNDM passou a dispor de autonomia limitada para, entre outras ações, celebrar contratos e convênios, contratar especialistas e consultores técnicos e administrar o seu patrimônio.

O primeiro regimento interno do CNDM foi aprovado pelo decreto n. 91.697, de 27 de setembro de 1985. As funções deliberativas couberam ao Conselho Deliberativo constituído de 17 integrantes e três suplentes, todos designados pelo presidente da República, sendo presidido pelo presidente do CNDM.

O recolhimento do acervo foi feito originalmente junto à Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (COREG), atualmente Superintendência Regional no Distrito Federal (SUREG). Em de 31 de março de 2011, a COREG enviou à Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC), no Rio de Janeiro, 181 fitas audiomagnéticas e 308 fitas videomagnéticas para análise e reformatação.

A organização do acervo audiovisual foi mantida de acordo com a chegada da documentação ao Arquivo Nacional. A produção documental inicia-se em 1983 e finda em 2005, com o acréscimo de documentos textuais e sonoros identificados no fundo. Não há representantes digitais inseridos no SIAN e a base de dados conta com a descrição deste fundo até o nível 4 do SIAN, com 256 dossiês e 308 itens documentais.

#### **Departamento Nacional de Obras de Saneamento (04)**

A Lei n. 248, de 16 de setembro de 1936, criou a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, departamento autônomo e diretamente subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. O Decreto-lei n. 2.367, de 4 de julho de 1940, criou, por transformação daquela diretoria, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), entidade autárquica segundo a Lei n. 4.089, de 13 de julho de 1962. O órgão teve como atribuições fundamentais a execução da política nacional de saneamento ambiental em áreas rurais e urbanas e das obras de irrigação, tendo passado por diversas vinculações, entre as quais aos ministérios do Interior, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Agricultura. Pela Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990, o DNOS foi extinto, sendo repassadas, pelo decreto n. 9.9451, de 15 de agosto de 1990, várias de suas competências a órgãos do Ministério da

Agricultura e Reforma Agrária, Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República e Ministério da Infra-Estrutura.

O fundo possui documentação referente a projetos e relatórios de obras de irrigação e saneamento em diversos municípios, prontuários de servidores, correspondência administrativa e documentação contábil-financeira. A maioria dos documentos técnicos identificados são impressos e apresentam diversos volumes contendo estudos pluviométricos, cálculos hidrográficos e especificações estruturais. Plantas, diapositivos e fotografias de obras em diversos municípios.

A procedência da documentação remete ao Ministério da Integração Regional e à Empresa Brasileira de Turismo e foi recolhida pelo Arquivo Nacional entre os anos de 1995 e 1997. A data de produção da documentação é atribuída entre os anos de 1936 e 1990. O fundo possui outros gêneros documentais depositados no AN: cartográficos, iconográficos, sonoros e textuais. Encontram-se depositadas no AN o total de 74 documentos audiovisuais, entre cópias combinadas e negativos de imagem e som, distribuídos em 57 dossiês. Não consta no banco de dados representante digital para consulta ao acervo. A descrição no SIAN preenche todos os níveis de descrição, até o nível 5, de itens.

### **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (AA9)**

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) surgiu em 1937 pela transformação da Comissão de Estradas de Rodagem Federais. Competia ao departamento o plano geral de estradas de rodagem nacionais, a execução e fiscalização de obras e melhoramentos das estradas de rodagem nacionais, através da Lei n. 467 (1937) e do Decreto n. 3.082 (1938).

Em 1945, por força dos Decretos n. 8.309 e n. 20.164, o órgão foi reorganizado e obteve autonomia financeira e administrativa com a criação do Fundo Rodoviário Nacional. Em 2001, com a lei que reestruturou os transportes aquaviário e terrestre, o DNER foi extinto, criando-se o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Sua produção documental foi atribuída entre os anos de 1954 a 1981. Não há registros de outros gêneros documentais.

Os documentos filmográficos deram entrada no Arquivo Nacional provenientes da Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM), em 2002, em regime de comodato, considerados como parte da coleção Cinemateca do MAM, tal qual a documentação da Companhia Vale do Rio Doce. Em 2008, foram separados do restante dos acervos

pertencentes à coleção do MAM e reclassificados como integrantes do fundo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (AA9) e sua forma de entrada reclassificada como recolhimento.

A documentação audiovisual do fundo DNER possui, inseridos no SIAN, 504 dossiês com referência a 504 itens, sem representante digital para consulta de usuários e pesquisadores. Embora não haja informações deste fundo no nível 5 do SIAN, referente e itens documentais, não é precisa a quantificação de materiais cinematográficos, como cópias, negativos e sobras de imagens e som.

### **Diretoria de Telecomunicações da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República (EF)**

No SIAN, não foram encontradas informações que pudessem subsidiar a apresentação do fundo. A data de ingresso da documentação foi 26 de maio de 2005 e tem como produtora a Presidência da República. Embora a documentação tenha sido recolhida em 2005, a data de produção remete ao período de 1976 a 1979.

A Diretoria de Telecomunicações da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República foi criada através do Decreto n. 5135, de 7 de julho de 2004 e sua competência consistia no planejamento, coordenação, controle e execução das atividades relacionadas às telecomunicações. A diretoria foi destituída através de revogação pelo Decreto n. 7.442, de 17 de fevereiro de 2001, ocasião em que a Secretaria de Administração deixou de fazer parte da Casa Civil e integrou a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O acervo possui 84 dossiês descritos no nível 4, com o total de 170 itens documentais descritos no nível 5. A documentação é composta majoritariamente por películas de acetato, sendo alguns títulos com cópias combinadas em bom estado de conservação. A organização do fundo foi feita por assunto e ordem cronológica e retrata produções referentes à Amazônia, energia nuclear, energia elétrica, hidrelétricas, meio ambiente, siderurgia, mineração, comércio exterior, exportações, dentre outros. Não constam representantes digitais disponíveis no SIAN deste acervo.

### **Divisão de Censura de Diversões Públicas (NS)**

A Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) tem antecedentes no Decreto n. 24.651, de 10 de julho de 1934, que criou o Departamento de Propaganda

e Difusão Cultural (DPDC) subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), no Decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939, que criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), subordinado à Presidência da República, e no decreto-Lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945, que criou o Departamento Nacional de Informações, subordinado ao (MJNI).

O Decreto-lei n. 8.462, de 26 de dezembro de 1945, criou o Serviço de Censura de Diversões Públicas, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Pela Lei n. 5.536, de 21 de novembro de 1968, foi criado o Conselho Superior de Censura (CSC), subordinado ao Ministério da Justiça (MJ), com a competência de apenas rever, em grau de recurso, as decisões censórias proferidas pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF). O Decreto n. 70.665, de 2 de junho de 1972, criou a DCDP, subordinada ao DPF.

A DCDP ficou conhecida como o órgão oficial de censura e fiscalização durante a ditadura militar. Sua função era censurar ou autorizar as produções artísticas e culturais no período da repressão militar, que ocorreu entre os anos de 1964 e 1985. Dentre estas produções, podemos citar filmes e novelas que recebiam o certificado de censura da divisão, fossem aqueles nacionais ou internacionais.

No Arquivo Nacional, além das produções cinematográficas, estão custodiados documentos textuais e iconográficos. A entrada da documentação provém do Departamento de Polícia Federal, sob a forma de recolhimento, em 30 de julho de 1990, inicialmente na sede em Brasília. A documentação audiovisual foi transferida da capital para a Divisão de Documentos Audiovisuais (DDA) do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1990, e posteriormente, outra remessa, em janeiro de 1994.

O fundo DCDP é organizado totalmente, por ordem alfabética, por assunto e por ordem cronológica e a documentação audiovisual possui 451 dossiês referentes a filmes em películas de acetato - sendo 218 filmes em 35 mm, 188 em 16 mm e 1 em 70 mm -, e 81 dossiês de programas de TV, em fitas videomagnéticas, descritos no nível 4 do SIAN.

Dentre as produções cinematográficas, constam no SIAN três títulos com representantes digitais com assuntos variados em cada filme: uma manifestação de estudantes na cidade de São Paulo, um programa de TV de Flávio Cavalcanti com temas diversos e um documentário sobre a comemoração de 150 anos de independência do Brasil. Outra informação relevante deste acervo é que uma das cópias em suporte de nitrato está localizado neste acervo: um filme egípcio chamado *A Candle is Burning*, datado de 1946, uma das películas mais antigas depositadas no Arquivo Nacional.

### **Divisão de Informação e Segurança do Ministério das Relações Exteriores (Z4)**

A primeira referência legal à Seção de Segurança Nacional no Ministério das Relações Exteriores (MRE) data de 6 de setembro de 1939, estabelecida pelo Decreto n. 4.644 do referido ano, em conformidade ao Decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934, quando foram criadas seções de defesa nacional em todos os ministérios.

Em 4 de julho de 1967, o Decreto n. 60.940, formalizou a transformação das seções de segurança nacional existentes nos ministérios civis na forma dos Decretos-leis n. 9.775 e 9.775-A, de 6 de setembro de 1946, em divisões de segurança e informações, estabelecendo sua competência no que dizia respeito à segurança nacional e às informações nacionais.

Com a Medida Provisória n. 150, de 15 de março de 1990, foram extintos o Serviço Nacional de Informações, as divisões e assessorias de segurança e informações dos ministérios civis e os órgãos equivalentes das entidades da administração federal indireta e fundacional.

O acervo da Divisão de Informação e Segurança do Ministério das Relações Exteriores deu entrada no Arquivo Nacional, através de recolhimento, inicialmente em 2006, com a documentação textual produzida pela divisão, entre os anos de 1981 e 1997. EM 2007, 182 fitas U-Matic deram entrada na Coordenação Regional do Arquivo Nacional, no Distrito Federal, e foram encaminhadas à sede no Rio de Janeiro, em março de 2011, em função da existência de equipamentos existentes na cidade.

A organização do acervo foi realizada por assunto e contém informações até o nível 4 de descrição no SIAN, com 81 dossiês descritos. Não constam representantes digitais na base de dados do Arquivo Nacional. A documentação audiovisual trata da produção cinematográfica de política, cultura e entretenimento. Há imagens da morte e funeral de Tancredo Neves; entrevistas e pronunciamento de autoridades; capítulos de novelas e episódios de seriados televisionados; informações turísticas sobre lugares no Brasil e exterior; eventos culturais e musicais, dentre outros.

### **Empresa Brasileira de Notícias (NL)**

A Empresa Brasileira de Notícias (EBN) foi produto da transformação da Agência Nacional, órgão autônomo da Administração Pública Federal direta, em empresa pública, com

vinculação à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, como dispõe a Lei n. 6650, de 23 de maio de 1979, que dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação.

A Empresa Brasileira de Notícias tinha por objetivo transmitir diretamente, ou em colaboração com órgãos de divulgação, o noticiário referente aos atos da administração federal e as notícias de interesse público, de natureza política, econômico-financeira, cívica, social, cultural e artística.

Em 1988, depois de nove anos de existência, a EBN foi extinta por decreto do então Presidente José Sarney e, em seguida, absorvida pela Radiobrás - Empresa Brasileira de Radiodifusão S.A.

A documentação audiovisual foi recolhida em 1992 e a produção da EBN remete aos anos de 1979 e 1980. O acervo possui 81 itens documentais, distribuídos entre cópias, negativos e copiões montados, descritos no nível 5 do SIAN. No nível 4 o fundo possui 9 dossiês descritos e conta com 8 representantes digitais disponíveis para acesso digital, na base de dados. Os filmes possuem imagens em movimento de pronunciamentos de autoridades, participação do Brasil em feiras internacionais, sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização, visita do Papa João Paulo II, além da participação do presidente João Figueiredo no Círio de Nazaré, em Belém, Pará.

### **Elysio Martins (F7)**

Elysio Martins foi cinegrafista e repórter da extinta TV Tupi. Ao longo dos anos trabalhados na emissora, acumulou e produziu materiais originais reversíveis, em 16mm e preto e branco (PB). Em sua produção, é possível identificar imagens das cidades de Angra dos Reis e do Rio de Janeiro, sobre o Carnaval, a inauguração da Assistência Médico-Social Santo Expedito, Hotel Fazenda Arcozelo, parada militar, auto-estradas, dentre outras imagens em movimento.

A documentação foi doada por sua esposa, signatária do termo de doação, Maria Madalena Ferreira da Silva. O acervo entregue ao Arquivo Nacional continha 39 películas de 16mm, distribuídos em 36 dossiês no nível 4 do SIAN. Destes, cinco filmes possuem representantes digitais para acesso na base de dados.

### **Ernesto German Páris (FJ)**

Ernesto Germano Parés, jornalista, escritor, produtor de comunicação, consultor sindical, assessor político, militou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) nas décadas de 1969 e 1970.

Nos anos 1980 e 1990, atuou em vários sindicatos. Entre 1984 e 1991, atuou como assessor das áreas administrativa e de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia, entidade que congregava os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a convite do então presidente da entidade, José Juarez Antunes. A partir de 1989, assumiu a edição do boletim do Sindicato, chamado 9 de Novembro, em homenagem aos trabalhadores da CSN assassinados durante a greve ocorrida em novembro de 1988.

Na parcela doada ao Arquivo Nacional, predominam informações relacionadas à atuação do titular no âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia. Documentos reunidos pelo titular, relacionados à sua militância na Política Operária (POLOP), foram repassados, anteriormente à presente doação, a Eduardo Stotz, um dos responsáveis pela doação do acervo daquela entidade ao Arquivo Nacional, em 2009.

A documentação doada possui, além da produção audiovisual, documentos textuais, iconográficos, bibliográficos e sonoros. A organização do acervo foi executada por ordem alfabética, por assunto e de forma cronológica. O fundo possui informações até o nível 4 do SIAN e conta com 2 dossiês, com 3 itens documentais, sem representantes digitais disponíveis na base de dados.

### **Fundação Centro Brasileiro de TV Brasileira (FS)**

O decreto n. 59.396, de 14 de outubro de 1966, criou o Fundo de Financiamento da Televisão Educativa (FUNTEVÊ), destinado a prover recursos para financiar a instalação e a manutenção de um sistema nacional de televisão educativa. A gestão do FUNTEVÊ cabia a uma Comissão Coordenadora integrada pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, que a presidia, pelo representante do Banco Central da República do Brasil, pelo secretário-executivo do Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), pelo representante do Banco do Brasil S.A., e por dois membros de livre escolha do presidente da República.

Em 1967, pela Lei n. 5.168, de 3 de janeiro, foi criado o Centro Brasileiro de TV Educativa, como fundação, e, até poder ser transferido para a capital federal,

com sede no Rio de Janeiro. Tinha por finalidade produzir, adquirir e distribuir material audiovisual destinado à radiodifusão educativa. O Centro foi, na ocasião, organizado da seguinte maneira: Assembleia Geral; Conselho Curador; Presidência; Conselho Diretor. Na composição da Assembleia Geral, eram membros natos os diretores dos órgãos executivos e técnicos do Ministério da Educação e Cultura, imediatamente subordinados ao ministro. A referida lei fixou o prazo de até 120 dias para elaboração dos estatutos e previu a designação de comissão incumbida de proceder, num prazo de 90 dias, aos estudos e elaborar relatório, tendo em vista a incorporação da TV Nacional de Brasília ao Centro Brasileiro de TV Educativa, com todo o acervo e pessoal.

Os estatutos do Centro Brasileiro de TV Educativa foram aprovados pelo Decreto n. 60.596, de 13 de abril de 1967, tendo à frente Gilson Amado como primeiro presidente (3/4/1967 a 26/11/1979).

Em 1968, instalou-se no bairro de Copacabana, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 928, em imóvel alugado, conseguindo inaugurar o Telecentro em 17 de fevereiro de 1972, na avenida Gomes Freire, graças, em parte, à colaboração do Governo Alemão, que doou vários equipamentos para o seu funcionamento. No mesmo ano, em setembro, a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) transferiu-se para as instalações do Telecentro.

Em 1978, o Decreto n. 81.313, de 8 de fevereiro, aprovou um novo estatuto para o Centro Brasileiro de TV Educativa.

Até 1979, a FCBTVE reportava-se ao Departamento de Aplicações Tecnológicas (DAT) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), instituído em 1978 pelo decreto n. 81.454. O DAT teve seu nome alterado para Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT) em 1979, pelo Decreto n. 84.240, de 26 de novembro.

Com a instituição do sistema das atividades de comunicação social e divulgação dos órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta e da Subchefia para Assuntos de Imprensa e Divulgação (SID) pelo Decreto n. 95.676, de 27 de janeiro de 1988, a FCBTVE passou a reportar-se ao Gabinete Civil da Presidência da República. Ainda assim, manteve uma ligação administrativa com o Ministério da Educação em função do Decreto n. 96.615, de 30 de agosto de 1988, que dispôs sobre a fiscalização financeira orçamentária e contábil do Centro Brasileiro de TV Educativa, determinando que as contas do exercício de 1988 fossem ainda auditadas pela Secretaria de Controle Interno do referido Ministério.

Em 3 de outubro de 1988, pelo Decreto n. 96.921, teve um novo estatuto

aprovado, a partir do qual a FCBTVE assumiu a sigla FUNTEVÊ. Sua organização, estrutura e funcionamento foram ampliados, passando a coordenar, também, as atividades do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED).

Com o Decreto n. 98.052, de 15 de agosto de 1989, os artigos 4º e 6º do Decreto n. 95,676, de 27 de janeiro, foram alterados. No que diz respeito à FUNTEVÊ, a alteração determinou que esta voltava a vincular-se ao Ministério da Educação. No que diz respeito à Empresa Brasileira de Comunicação S.A. (RADIOBRÁS), esta foi vinculada ao Ministério da Justiça.

Em 1990, de acordo com o disposto na Lei n. 8.029, de 12 de abril, artigo 10, a FUNTEVÊ passou a denominar-se Fundação Roquette Pinto (FRP). Em 1995, com a mudança de Governo, a FRP foi transferida do âmbito do MEC para a Secretaria de Estado de Comunicação do Governo (SECOM) e o SINRED foi desativado.

Em 1997, o Decreto n. 2.442, de 23 de dezembro, qualificou a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) como organização social, autorizando-a a absorver as atividades da extinta Fundação Roquette Pinto. Para isso, havia-se que firmar um contrato de gestão com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Com a Medida Provisória n. 1.648-7, de 23 de abril de 1998, a Fundação Roquette Pinto foi formalmente extinta, determinando-se que, no curso do processo de inventário da FRP e até a assinatura do contrato de gestão, a continuidade das atividades sociais ficaria sob a supervisão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Os trabalhos de inventariança do acervo da FRP foram encerrados com o Decreto n. 2.845, de 19 de novembro de 1998.

O acervo foi recolhido em dois momentos. A maior parte, entre agosto e dezembro de 2002, em caráter emergencial, compreendendo cerca de 7.265 rolos de filmes, que foi, aos poucos, sendo acomodado de maneira adequada a propiciar a realização de diagnóstico do estado de conservação e identificação de seu conteúdo. Em abril de 2010, ano em que se buscava, finalmente, concluir institucionalmente as formalidades de praxe acerca do acervo adquirido em 2002, um segundo lote deu entrada, este em menores dimensões (cerca de 314 filmes) procedente da regional do Maranhão.

A produção da FCBTVE remete ao período de 1960 a 1980 e concentra imagens sobre entrevistas, cursos, documentários e cinejornais nacionais e estrangeiros, contemplando programas e programações educacionais e informativas. A procedência da documentação

provém da ACERP e foi organizada de forma cronológica. O fundo é descrito no SIAN até o nível 4, onde constam os dossiês descritos desta documentação.

O quantitativo de películas de acetato remonta a um total de 7.579 itens, distribuídos em 5.315 dossiês. O fundo da FCBTVE é um dos acervos mais consultados da CODAC e segue, constantemente em processo de tratamento técnico, revisão dos materiais e descrição na base de dados do Arquivo Nacional. A constância com a qual pesquisadores consultam a documentação audiovisual deste acervo acelera, por vezes, o processamento técnico das películas, com a análise física dos filmes, a inserção de informações nos níveis de descrição e sua organização física nos depósitos, de acordo com o laudo técnico de medição de níveis de conservação do suporte destes documentos. Atualmente, possui 268 representantes digitais para consulta digital.

### **Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência (0N)**

O Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923, criou o Abrigo de Menores do Distrito Federal, que teve seu nome alterado para Instituto Sete de Setembro do Distrito Federal pelo Decreto n. 18.923, de 30 de setembro de 1929. O primeiro regulamento do Instituto Sete de Setembro foi aprovado pelo Decreto n. 20.442, de 24 de setembro de 1931. Um novo regulamento foi aprovado pelo Decreto n. 21.518, de 13 de junho de 1932.

Pelo Decreto-lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941, o Instituto Sete de Setembro foi transformado em Serviço de Assistência a Menores (SAM), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ao SAM foram incorporados o Instituto Profissional Quinze de Novembro, a Escola João Luís Alves, o Patronato Agrícola Artur Bernardes e o Patronato Agrícola Venceslau Brás.

As competências do SAM foram redefinidas pelo Decreto-lei n. 6.865, de 11 de setembro de 1944, e, na mesma data, teve o regimento aprovado pelo Decreto do Executivo n. 16.575. O regimento recebeu alterações pelo decreto n. 29.857, de 6 de agosto de 1951, assim como pelo Decreto n. 40.385, de 20 de novembro de 1956. Um novo regimento foi aprovado pelo Decreto n. 42.510, de 26 de outubro de 1957.

A Lei n. 4.513, de 1 de dezembro de 1964, criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do SAM.

O Decreto n. 74.000, de 1 de maio de 1974, vinculou a FUNABEM ao Ministério da Previdência e Assistência Social e o Decreto n. 96.634, de 2 de setembro de 1988, passou a vinculação ao Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, até a extinção deste pelo Decreto n. 97.465, de 20 de janeiro de 1989, quando a FUNABEM passou a vincular-se ao Ministério do Interior.

Em 15 de março de 1990, pelo Decreto n. 99.810, foi extinto o Ministério do Interior e criado o Ministério da Ação Social, ao qual a FUNABEM ficou vinculada, passando a denominar-se Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA).

A lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992, transformou o Ministério da Ação Social em Ministério do Bem-Estar Social, ao qual a FCBIA ficou vinculada. A FCBIA foi extinta pela Medida Provisória n. 813, de 1 de janeiro de 1995, reeditada várias vezes. Os trabalhos de inventariança da extinta FCBIA foram dados por encerrados por decreto datado de 27 de agosto de 1996.

A documentação da FCBIA deu entrada sob a forma de recolhimento em 1996 e é constituída por distintos gêneros documentais: textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros e filmográficos. A organização do acervo deu-se de forma alfabética, cronológica, por assunto e autor. A documentação audiovisual corresponde a 76 itens no total, sendo 3 películas cinematográficas, 569 fitas videomagnéticas em VHS e 59 em U-Matic, referentes a 46 dossiês descritos no nível 4 do SIAN. Há, atualmente, um representante digital na base de dados para consulta digital.

Os documentos audiovisuais incluem documentários, filmes de ficção, programas de televisão, noticiários de TV, filmes de treinamento e institucionais sobre os temas infância e adolescência, drogas, prostituição, pobreza, doenças transmissíveis e outros assuntos de interesse da entidade.

O filme digitalizado - representante digital - chama-se *Vam para Disneylândia*, um documentário que retrata o cotidiano de meninos em situação de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para as regiões da Cinelândia, Central do Brasil e Lapa. São levantadas questões sobre a dificuldade enfrentada pelas crianças no cotidiano, as expectativas frente ao futuro e as perspectivas sobre o Brasil e a política nacional. No filme, há referências à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e à Divisão de Segurança e Proteção ao Menor (DSPM).

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi constituído como associação de caráter beneficente, educativo e de assistência social em 14 de outubro de 1980, com sede e foro no Rio de Janeiro. O primeiro estatuto, registrado na ocasião de sua constituição, sofreu alterações em 1986, 1993, 1994, 1997 e 2004.

Declarado de utilidade pública por decreto presidencial s/n. de 22 de novembro de 1991, o IBASE desenvolve atividades filantrópicas, científicas, educativas e culturais, destacando estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas, promoção de cursos e seminários, publicações, assessoramento no campo da defesa de direitos e prestação de serviços de assistência social.

A documentação IBASE findou seu processo de doação em 8 de julho de 2011, e possui os seguintes gêneros documentais: iconográficos, sonoros e filmográficos, com data de produção atribuída entre os anos de 1980 a 2000. A documentação audiovisual é organizada por assunto e por espécie, possui 206 dossiês e cinco níveis de descrição no SIAN, alcançando o nível 5, com 324 itens documentais, distribuídos da seguinte forma em cada dossiê: 126 películas de 35mm, 3 películas de 16mm, 98 fitas VHS, 62 fitas U-Matic, 31 fitas Betacam e 4 fitas HI-8.

O fundo IBASE possui informações sobre estudos, entrevistas, seminários, palestras, congressos, programas de rádio e tv abordando movimentos sociais e políticos, constituição de rádios e tvs comunitárias, conflitos no campo, indígenas e direito à terra, reforma agrária, democracia, sindicalismo, dívida externa, inflação, meio ambiente, comunidades eclesiais de base, Amazônia, barragens, produção de energia, favelas, violência urbana, drogas, saúde, estatuto da criança e do adolescente, Central Única dos Trabalhadores (CUT), comícios eleitorais, poluição, trabalho feminino, entre outros assuntos. Dentre as entrevistas, algumas realizadas com personalidades amplamente conhecidas do público: Chico Mendes, Apolônio de Carvalho, dom Luciano Mendes, Roberto Freire, Herbert Daniel (Betinho), entre outras.

### **Instituto Brasileiro do Café (N9)**

O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi criado pela lei n. 1.779, de 22 de dezembro de 1952, como entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda, herdando o acervo e o pessoal do extinto Departamento Nacional do Café, incluídos os seus haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e imóveis, documentos e

papéis do seu arquivo.

Em 22 de julho de 1960, a lei n. 3.782 criou o Ministério da Indústria e do Comércio e passou o Instituto para o seu âmbito.

Em 26 de junho de 1967, o decreto n. 60.900 vinculou o IBC ao Ministério da Indústria e Comércio. O órgão tinha por atribuições executar a política cafeeira nacional, prestar assistência técnica e econômica à cafeicultura e controlar a comercialização do café.

Em 1958, o IBC recepcionou a Conferência Internacional do Café, durante a qual foi criada a Comissão Preparatória da Organização Internacional do Café (CP/OIC). A Secretaria Executiva da CP/OIC funcionou no Rio de Janeiro, com infraestrutura fornecida pelo IBC, de 1958 a 1962, quando foi liquidada.

A Organização Internacional do Café, propriamente dita, foi fundada em 28 de setembro de 1963, com sede em Londres. A medida provisória n. 151, de 15 de março de 1990, regulamentada pela lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990 e pelo decreto n. 99.240, de 7 de março de 1990, extinguiu o órgão.

A documentação do fundo IBC deu entrada, sob a forma de recolhimento em três ocasiões: em 1990, 1995 e 2001. A produção documental remete aos anos de 1952 a 1990. Na entrada, foram recebidos documentos textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros e filmográficos. O fundo possui 25 dossiês no nível 4 e 29 itens documentais, em suporte películas cinematográficas, descritas no nível 5 do SIAN, correspondendo à cópias de 16mm que retratavam procedimentos adotados com o plantio do café, eliminação e prevenção de pragas, organização do espaço destinado à colheita, dentre outros assuntos correlatos. Não constam representantes digitais disponíveis para consulta no SIAN.

### **Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (LI)**

Em 1930, o presidente da República Getúlio Vargas suspendeu as aposentadorias das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS), criadas pela Lei Elói Chaves de 1923, durante seis meses e promoveu uma reestruturação que acabou por substituí-las por Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPAS), que eram autarquias de nível nacional centralizadas no governo federal; dessa forma, a filiação passava a se dar por categorias profissionais, diferente do modelo das CAPS, que se organizavam por empresas.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) foi criado durante o governo Vargas, pela Lei n. 367, de 31 de dezembro de 1936. Em seu artigo 1º, estabelece sua subordinação ao “Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, por intermédio do Conselho Nacional do Trabalho, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários com sede na Capital Federal e tendo por fim principal conceder aposentadoria aos seus associados e pensão aos respectivos beneficiários.” Garantindo também a assistência médica, cirúrgica e hospitalar de seus associados por meio de contribuição própria. Financiava igualmente projetos de habitação popular para seus associados.

Foi extinto pelo Decreto-lei n. 72, de 21 de novembro de 1966, que, unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social.

Este fundo possui documentos textuais e audiovisuais, sendo que a data atribuída ao recolhimento do único filme pertencente ao IAPI é entre os anos de 2002 e 2005. Este filme, originalmente, possui suporte de nitrato de celulose. Em janeiro de 2002, foi realizada uma restauração em mais duas películas: um contratipo e uma cópia de segunda geração, no laboratório Labocine, na cidade do Rio de Janeiro. A matriz original data de janeiro de 1949, informação retirada de cartela ao final do rolo de filme.

Por ocasião de sua dimensão, o filme original foi dividido em dois rolos, sendo o primeiro voltado para as imagens da cidade do Rio de Janeiro (capital federal na ocasião) e o segundo aos demais estados.

Em 2021, a película foi digitalizada, resultando no representante digital descrito no nível 4 do SIAN, e trata da construção de diversos conjuntos habitacionais no Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte durante a gestão do sr. Alim Pedro na presidência do IAPI, governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (31/01/1946 a 31/01/1951).

### **Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (QL)**

Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, com estatutos registrados em 9 de dezembro de 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades

da federação. Era dirigido por um Comitê Nacional, um Conselho Orientador, um Comitê Diretor e um outro Executivo.

O Instituto promoveu intensa campanha anti governamental. Associando as propostas do governo ao comunismo, a entidade utilizou os mais diversos meios de comunicação na defesa da democracia e da livre iniciativa. Publicou artigos nos principais jornais do país, produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país, financiou cursos, seminários, conferências públicas, publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas.

O IPÊS também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo João Goulart, tais como os círculos operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O IPÊS-RJ auxiliava igualmente a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.

A participação do IPÊS na derrubada do governo Goulart, em 31 de março de 1964, pelos militares, foi, preferencialmente, resultado de um trabalho propagandístico. Todavia, isso não impediu que alguns de seus membros, individualmente, atuassem de maneira mais direta. O reconhecimento dos seus préstimos pelo regime militar ocorreu em 7 de novembro de 1966, quando foi declarado órgão de utilidade pública pelo decreto n. 40.131, de 25 de maio de 1962.

O IPÊS paulista foi completamente desativado em 1970, ao passo que o do Rio encerrou suas atividades em março de 1972.

O acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) foi doado ao Arquivo Nacional (AN) por João José Batista Tubino em 1974 e incorporado a Seção de Administração Descentralizada. Com a mudança do regimento do AN em 1975, o fundo passou a integrar a recém criada Seção de Arquivos Particulares e recebeu o código AP25 que se transformaria, nos anos 1990, no código QL. Somente identificados, os documentos dispunham como meio de acesso uma relação de documentos por caixa que funcionava como instrumento de pesquisa, embora itens documentais complementares se apresentassem dispersos, em caixas diferentes. Em 2013, a parcela textual do fundo foi selecionada pela Comissão Nacional da Verdade como de interesse para integrar o Projeto de Reformatação de Documentos, tendo em vista atender às demandas por fontes documentais para pesquisa sobre violação de direitos humanos.

O acervo do fundo IPES possui documentos de cunho bibliográfico, cartográfico, iconográfico, textual e audiovisual. Os gêneros documentais foram totalmente organizados por assunto e dispostos em séries de acordo com sua especificidade. Na seção destinada aos filmes, constam 15 dossiês descritos no nível 4 do SIAN e 54 itens documentais, descritos no nível 5. Deste total, 14 possuem representantes digitais para acesso através da base de dados.

### **Luis Carlos Lacerda (JZ)**

Cineasta, roteirista, diretor e produtor, nasceu em 15 de julho de 1945, na cidade do Rio de Janeiro, filho de João Tinoco de Freitas e Eme Lacerda de Freitas. Foi assistente de direção com diretores consagrados como Nelson Pereira dos Santos, Ruy Santos, Roberto Pires e Carmen Santos. Dirigiu curta-metragens nas décadas de 1960 a 1990. Diretor de programas de exibidos na TVE (TV Educativa) e TV Bandeirantes, a serviço da MultiRio, empresa vinculada à Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro, entre 1995 e 1996. Cineasta premiado em festivais de cinema nacional e internacional.

Seu acervo audiovisual deu entrada no ano 2000, com a efetivação de sua doação em 9 de abril de 2001. A sua filmografia possui filmes em películas de acetato, fitas U-Matic e Betacam, além de fitas VHS e MiniDV, em um total de 75 itens documentais, referentes a 13 títulos de obras cinematográficas. O fundo Luis Carlos Lacerda possui informações inseridas apenas no nível 1 de descrição do SIAN, não possuindo um sistema de arranjo próprio e identificado na base de dados do SIAN. A identificação, através da pesquisa, da ausência de um nível de descrição capaz de abarcar as informações da filmografia do fundo proporcionará, posteriormente, a continuidade do processamento técnico desta documentação, em consonância com os instrumentos de trabalho interno da equipe de processamento técnico de documentos audiovisuais.

### **Marcus Vinicius Pereira Alves (JI)**

Marcus Vinicius Pereira Alves é servidor do Arquivo Nacional desde o início da década de 1980, tendo acumulado conhecimento e experiência técnica ao atuar em diferentes áreas da instituição, entre elas, a de Filmes, Conservação e Documentos Escritos. Graduado em história, formou-se pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As doações ao Arquivo Nacional foram efetuadas em ocasiões distintas. A primeira ocorreu entre 1985 e 1990: coletânea de discursos proferidos por Carlos Lacerda, que foi governador do Estado da Guanabara (1960-1965). A segunda doação ocorreu em 2008, tratando-se de uma palestra de Darcy Ribeiro proferida algumas horas antes de Leonel Brizola aterrissar no Rio de Janeiro, no dia 31 de agosto de 1979, respaldado pela Lei de Anistia. Em 2008, foram feitas duas cópias em CD pelo próprio titular do fundo das gravações originais em fita cassete, uma doada à Fundação Darcy Ribeiro e outra ao Arquivo Nacional, junto com as duas fitas-cassetes originais. A palestra, proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi gravada por iniciativa do Centro Acadêmico. A película cinematográfica foi adquirida na década de 90, após o doador comprar o filme de um ambulante que o possuía em sua barraca de vendas de artigos diversos. A formalização das doações deu-se apenas em 12 de julho de 2016.

O fundo encontra-se descrito no nível 4, possuindo um dossiê na seção filmes e dois dossiês na seção documentos sonoros. Não possui representantes digitais da documentação audiovisual neste fundo.

#### **Maria da Conceição da Costa Neves (CCN)**

Nasceu em 17 de outubro de 1908, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Ainda jovem, iniciou a carreira profissional em 6 de junho de 1930, como atriz teatral sob o nome artístico de Regina Maura, estreando no Teatro Trianon, pela Companhia Procópio Ferreira, na peça Dinheiro anda por aí. Foi eleita rainha das atrizes em 1934.

Viveu com Procópio Ferreira, ainda na década de 1930, casando-se depois com o médico Matheus Galdi Santamaría (1938-1955).

Foi diretora da Cruz Vermelha do Brasil, filial São Paulo (1943-1945), fundadora do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (1945), fundadora da Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra (1946), com intensa atuação neste campo. Eleita deputada à Constituinte Paulista, pelo PTB (1947), integrou como membro efetivo as comissões permanentes de Saúde Pública e Higiene e Educação e Cultura da Assembléia Legislativa de São Paulo (1947-1951). Foi reeleita deputada estadual à Assembléia Legislativa de São Paulo para várias legislaturas pelo PTB (1951-1955; 1955-1959) e pelo Partido Social Democrata - PDS (1959-1963). Durante o seu mandato como deputada estadual na legislatura 1963-1967, foi uma das fundadoras do Movimento Democrático Brasileiro – MDB (1965-1966), pelo qual foi reeleita deputada estadual. Cassada pelo Ato Institucional n. 5, teve os direitos políticos

suspensos por dez anos (17/10/1969). Participou de movimentos pela anistia ao longo da década de 1970. Autora de *Na esquina do Mundo* (1970), *Na praça da Vida* (1984) e *Rua sem Fim* (1984), este último autobiográfico. Faleceu em 15 de julho de 1989.

O acervo documental de Maria da Conceição da Costa Neves possui documentos sonoros, em fitas audiomagnéticas, e audiovisuais, em películas cinematográficas, sendo uma destas em suporte de Nitrato. A documentação foi doada pela sobrinha da titular, inicialmente intermediada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. A entrada do material foi efetivada em duas datas: 24 de agosto e 25 de setembro de 2009. Na documentação audiovisual constam imagens em movimento sobre suas atividades como deputada e militante, além de filmes acumulados pela titular do fundo.

A identificação do fundo foi concluída e as etapas de descrição estão parcialmente realizadas, com informações no nível 4 de descrição do SIAN, com 9 dossiês descritos, com 10 itens documentais. Dos títulos pertencentes ao fundo, há uma película em suporte de nitrato, digitalizado por ocasião do 3º Arquivo em Cartaz - Festival Internacional de Cinema de Arquivo, em 2017, que teve como tema os filmes de arquivo de família, caseiros e amadores. No total, o fundo possui dois representantes digitais para consulta na base de dados do SIAN.

### **Mário Lago (ML)**

Mário Lago nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 26 de novembro de 1911, filho do maestro Antônio Lago e de Francisca Maria Vicência Croccia Lago. Ingressou no Colégio Pedro II em 1923. Em 1933, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, desistindo da profissão três meses depois. Dedicou-se, ao longo de sua trajetória, ao trabalho como ator, produtor, diretor, compositor, radialista, escritor, poeta e autor de teatro, cinema, rádio e TV.

Iniciou sua carreira como escritor aos 15 anos, publicando o primeiro poema na revista *Fon-Fon*, em 1926. Foi autor de diversos livros, incluindo coletâneas de poemas, contos e autobiografias, tais como *Na rolança do tempo* e *Reminiscências do sol quadrado*, além do livro infantil *O monstrinho medonhento* e da biografia de Chico Nunes das Alagoas. Escreveu também peças teatrais e roteiros de cinema.

Foi compositor de sambas e marchinhas, dentre os quais Ai que saudades da Amélia, em parceria com Ataulfo Alves, Aurora, com Roberto Roberti, e Nada além, com Custódio Mesquita.

No rádio, trabalhou como ator, autor de novelas, produtor e diretor. Começou na Rádio Pan-Americana, em 1944, comandando posteriormente programas na Rádio Mayrink Veiga e na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, da qual foi demitido em 1964, com o golpe civil-militar.

Mário Lago fez sua estreia na televisão em 1954, no programa Câmara Um, da TV Rio. Em 1966, começou a trabalhar na Rede Globo de Televisão, atuando em novelas como O Sheik de Agadir, Selva de Pedra, O Casarão e Barriga de Aluguel, entre outras. No cinema, trabalhou como ator em filmes tais como Terra em Transe (1967), de Glauber Rocha, e São Bernardo (1973), de Leon Hirszmann.

Neto de anarquista e militante pró-sindicalismo, Mário Lago teve intensa militância política, o que acabou levando-o à prisão por diversas vezes, a primeira em 1932 e as três últimas durante o regime militar, em 1964, 1968 e 1969.

Casou-se com Zeli Cordeiro, filha do militante comunista Henrique Cordeiro, em novembro de 1947. São filhos do casal: Antonio Henrique, Graça, Luiz Carlos, Mário e Vanda.

Mário Lago recebeu homenagens diversas. Em 2002, foi agraciado com a Ordem do Mérito Legislativo pela Câmara dos Deputados, por sua contribuição à cultura brasileira. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 30 de maio de 2002.

O acervo documental de Mário Lago deu entrada no Arquivo Nacional em 2002, na forma de doação, por intermédio de sua família. A massa documental reúne documentos textuais, iconográficos, sonoros, cartográficos e imagens em movimento produzidos e/ ou acumulados por Mário Lago e sua família, referentes às suas atividades políticas e prisões; sua atuação profissional como ator de rádio, televisão e cinema, escritor, roteirista e compositor; além do registro das relações com familiares e amigos e as homenagens recebidas. A documentação acumulada por Mário Lago remete ao período que compreende os anos de 1881 a 2002.

O fundo Mário Lago encontra-se completamente organizado por gênero e espécie. Os documentos audiovisuais encontram-se separados por assunto, no nível 3 de descrição do SIAN, em atividades profissionais e documentos pessoais. No nível 4, encontramos 2 dossiês descritos com os filmes acumulados pelo titular: uma película com imagens em movimento de

lançamento de livros de autoria própria e outras duas com trechos de desfile de carnaval na cidade do Rio de Janeiro, em 1972.

Não há representantes digitais para consulta no SIAN de filmes depositados no Arquivo Nacional.

### **Ministério do Exército (AAB)**

O Ministério da Guerra, que tem sua origem na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, estabelecida em 1815, assumiu a denominação Ministério do Exército com o Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, embora continuasse regido pela Lei n. 2.851, de 25 de agosto de 1956, que dispôs sobre a organização básica do Exército.

Pelo Decreto n. 3.080, de 10 de junho de 1999, foi organizado o Ministério da Defesa, reunindo os ministérios militares, todos transformados em comandos.

Os documentos filmográficos deram entrada no Arquivo Nacional originalmente em regime de comodato, em 2002, procedentes do Museu de Arte Moderna (MAM), sendo, à época, considerados integrantes da coleção Cinemateca do Museu de Arte Moderna.

Em 2008, foram formalmente separados do restante, sendo reclassificados na instituição como integrantes do fundo Ministério do Exército, sendo registrados, em seguida, com um código próprio e sob a forma de recolhimento. Não constam outros gêneros documentais no fundo do Ministério do Exército.

O acervo audiovisual foi totalmente identificado e organizado em 480 dossiês, com um total de 1000 itens documentais, em suporte de películas cinematográficas. A data de produção dos filmes foi atribuída ao período que compreende os anos de 1964 e 1970. O conteúdo da documentação audiovisual remete a filmes institucionais de divulgação e instrução relativos às atividades do Exército. Não há representantes digitais para consulta no SIAN de filmes depositados no Arquivo Nacional.

### **Nélie Sá Pereira (JJ)**

Foi casada com João Salgado, um dos dirigentes do MR-8, organização em que também tinha irmãos na militância da organização. Viveu no exílio para acompanhar seus familiares e teve uma atuação, junto com seu pai, voltada para a defesa da vida de seus irmãos, marido e demais perseguidos políticos.

O fundo possui apenas um material, um filme em suporte super 8, produzido por Nelie Sá Pereira, na ocasião estudante de cinema em Paris, chamado Jesse Jane. Acompanhada do pai, Nelie foi realizar uma visita a sua irmã, presa política na Penitenciária Talavera Bruce, no Complexo Penitenciário de Gericinó, na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, não sendo submetida à revista na entrada, por influência do pai que era advogado à época, ingressou na penitenciária com uma câmera super-8 para filmar o cotidiano das presas.

O objetivo de Nélie era produzir um documento destinado a subsidiar o movimento internacional organizado pela mãe de Jessie Jane Vieira de Sousa - Leta de Souza Alves, exilada na Suécia - em prol da libertação da filha. No filme produzido por Nelie Sá, há cenas do cotidiano da prisão de Jesse Jane e Colombo Vieira cuidando da filha recém nascida, Leta, e de Norma Sá, também presa política; além de cenas das celas, corredores guarita e pátio interno da penitenciária.

A doação do filme ao Arquivo Nacional foi formalizada em 2007, por intermédio de Nélie Sá Pereira e Jessie Jane Vieira de Sousa. O termo de doação foi efetivado em 19 de dezembro de 2007. O filme é descrito no nível 4 e não há representante digital para consulta na base de dados do SIAN.

### **Nelson Rodrigues, Noilton Nunes, Rubem Corveto de Azevedo e Paulo Roberto Jabour (G3)**

O fundo concentra filmes produzidos e acumulados pelos titulares do fundo. Dentre os doadores, destacam-se Nelson Rodrigues Filho e Noilton Nunes, cineastas de vasta produção cinematográfica, além de produtores de teatro e romancistas. Uma característica em comum entre os doadores está relacionada ao período de repressão militar ocorrida no Brasil, entre os anos de 1964 a 1985. A luta armada, a participação ativa na militância anti-regime e a luta pela anistia política dos exilados e presos políticos unem Nelson Rodrigues, Noilton Nunes, Rubem Corveto de Azevedo e Paulo Roberto Jabour. Dentre os produtores citados, Noilton Nunes possui seus filmes em suporte de película depositados no Arquivo Nacional em regime de comodato.

Uma das temáticas (Água, açúcar e sal) está relacionada à situação dos presos políticos no período do regime militar e o movimento de greve de fome promovido pelos mesmos tendo em vista a ampliação da abrangência da Lei da Anistia. Algumas cenas foram gravadas no Presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro.

Originalmente entregue ao Arquivo Nacional para diagnóstico e avaliação das partes quanto às condições de doação, conforme termo de entrega assinado em 25 de junho de 2008, o material teve o termo de doação assinado entre as partes em 31 de janeiro de 2011, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União (D.O.U., n. 22, 1 fev. 2011, Seção 3, p. 70).

O acervo possui 6 filmes em película de acetato, em condições graves de deterioração e não constam no SIAN informações a nível de séries e dossiês, não havendo, assim, representantes digitais inseridos na base de dados para consulta.

### **Radiobrás Empresa Brasileira de Radiodifusão (06)**

A Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS) foi constituída pela Lei n. 6.301, de 15 de dezembro de 1975, que instituiu a política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais.

Por esta lei, a empresa então criada assumiu a sigla RADIOBRÁS, anteriormente usada pela Companhia Radiotelegráfica Brasileira, que funcionou por concessão, entre os anos de 1930 e 1969, no serviço de execução radiotelefônico público nacional e internacional.

O Decreto n. 77.698, de 27 de maio de 1976, que dispôs sobre a constituição da Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS), definiu-a como herdeira do patrimônio da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e da Fundação Rádio Mauá, assim como das respectivas dotações orçamentárias e da dotação da TV Rádio Nacional de Brasília.

Pelo Decreto n. 96.212, de 22 de junho de 1988, a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), criada pela Lei n. 6.650, de 23 de maio de 1979, foi incorporada à Empresa Brasileira de Radiodifusão RADIOBRÁS. Com essa incorporação, a empresa passou a denominar-se RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S.A. O mesmo decreto determinou que a nova RADIOBRÁS passasse a funcionar sob a estreita supervisão do Gabinete Civil da Presidência da República, por intermédio da subchefia para Assuntos de Imprensa e Divulgação (SID).

A produção documental do fundo RADIOBRÁS compreende o período de 1970 a 1985, e possui documentos sonoros e audiovisuais. Recolhido ao Arquivo Nacional em 22 de janeiro de 1996, o acervo audiovisual totalizava 12 caixas contendo 611 caixinhas de papelão com aproximadamente 4.072 filmes. O conteúdo, assim como o período cronológico de sua produção, eram desconhecidos. O acervo permaneceu sem qualquer tratamento até o ano de

2006, quando foram identificadas as características físicas dos filmetes. Atualmente, encontram-se acondicionados em estojos de 35mm aguardando tratamento, digitalização, identificação, catalogação e arranjo.

Embora possua uma série específica no SIAN, no nível 3, não constam dossiês descritos no SIAN com a identificação e organização dos filmes da RADIOBRÁS, logo, não constam representantes digitais para consulta na base de dados.

### **Roland Corbisier (VB0)**

Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier nasceu na cidade de São Paulo em nove de outubro de 1914, filho de Gabriel Corbisier e Dulce Cavalcanti de Albuquerque Corbisier. Em 1936, graduou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), tendo sido também aluno da Faculdade de Filosofia de São Bento. Entre os anos de 1934 e 1945, participou do movimento integralista, tendo contribuído com o semanário A Ofensiva. Em 1939, ingressou, por concurso, no ensino público estadual de São Paulo, assumindo o cargo de professor de filosofia, no qual permaneceu até 1954.

Nos anos 1940, atuou como professor de filosofia e conferencista em instituições diversas, como colaborador dos jornais O Estado de São Paulo e A Manhã e, ainda, como diretor da Divisão de Ação Social da Reitoria da USP. Participou também, nesse período, da fundação do Centro de Estudos Jackson de Figueiredo e do Instituto Brasileiro de Filosofia, onde proferiu conferências e foi diretor de cursos. Foi um dos fundadores da Livraria Planalto e da revista Colégio, assumindo a direção de ambas.

Em 1952, participou da criação do Instituto de Sociologia e Política, sendo eleito diretor da entidade. Nesse período, juntamente com Hélio Jaguaribe, Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida, Inácio Rangel e Evaldo Correia de Lima, entre outros, integrou o Grupo de Itatiaia, entidade para estudo dos problemas brasileiros que se reunia no último final de semana de cada mês no Parque Nacional de Itatiaia (RJ).

Em 1953, participou da fundação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que reunia formalmente o Grupo de Itatiaia.

Em 1954, Corbisier mudou-se para o Rio de Janeiro, exonerando-se do cargo de professor do estado de São Paulo e passando a trabalhar no Ministério da

Educação e Cultura (MEC), primeiramente como assessor de gabinete, depois como contratado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, em seguida, como secretário da Assistência Técnica de Educação e Cultura do MEC (1954 - 1955).

Em 1955, o IBESP, criado em 1953, daria origem, por meio do decreto n. 37.608, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao MEC, tendo Corbisier assumido o cargo de diretor-executivo até 1960.

Na década de 1950, Corbisier foi também colaborador do jornal Tribuna da Imprensa.

Em 1960, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro, tendo sido deputado na Assembleia Constituinte do estado da Guanabara (1961 - 1963), e deputado federal pelo mesmo estado (1963 - 1964).

Em 1963, foi nomeado procurador-adjunto substituto da Justiça do Trabalho.

Corbisier teve seu mandato legislativo cassado no dia seguinte à promulgação do ato institucional n. 1, em abril de 1964, quando foi também extinto o ISEB. Ele, assim como os professores e diretores do ISEB, foi arrolado no inquérito policial-militar instaurado para apurar as atividades do órgão. Em setembro do mesmo ano, foi demitido do cargo de procurador, ao qual seria reintegrado nos anos 1980.

Em 1965, esteve preso no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Batalhão de Guardas e na Polícia do Exército, acusado de negociar o apoio dos comunistas para a eleição de Negrão de Lima ao governo da Guanabara.

Nas décadas de 1970 e 1980, Corbisier foi assessor editorial da Enciclopédia Mirador Internacional, fundou a revista Clima e foi membro do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), voltando a ministrar cursos e a proferir conferências nas áreas de filosofia, política e estética. Roland Corbisier publicou 24 livros, além de artigos, traduções e prefácios. Faleceu em 10 de fevereiro de 2005.

A documentação deu entrada no Arquivo Nacional através de contato de Margareth Guimarães Martins, em nome da viúva Rosália Queiros da Cunha, disposta a doar as produções acumuladas pelo professor. Seu acervo possui documentos textuais, sonoros, iconográficos e audiovisuais. A data de produção compreende o período de 1914 a 2005. A doação foi formalizada em 22 de janeiro de 2010.

O acervo audiovisual possui 3 itens, descritos em 2 dossiês no nível 4 do SIAN. O conteúdo das fitas videomagnéticas são: palestra sobre os 40 anos do Instituto Superior de

Estudos Brasileiros, na Associação Brasileira de Imprensa, com os palestrantes Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Barbosa Lima Sobrinho e Rogério Alves Sergio Castro; e entrevista do professor Roland Corbisier no 2º Programa Especial de Educação do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Não há representantes digitais na base de dados, para consulta ou pesquisa.

### **Rede Ferroviária de Armazéns Gerais Ferroviários SA (EK)**

A Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S. A. (AGEF) foi criada com base no art. 30 da Lei n. 3.115, de 16 de março de 1957, e no Decreto n. 46.531, de 30 de julho de 1959, como uma sociedade de economia mista, com sede no Rio de Janeiro, controlada pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Seu objetivo social abrangia a construção, instalação e operação, em âmbito nacional, de terminais, armazéns gerais, frigoríficos e silos, destinados a complementar, auxiliar e incentivar o transporte ferroviário. Além disso, auxiliar no escoamento de safras, principalmente em regiões servidas por ferrovias, a exploração de atividades conexas ou complementares dos serviços ferroviários em geral, tais como operação de terminais, transbordos, carga e descarga, manuseio, embalagem de mercadorias, transportes complementares à ferrovia, e a operação de armazéns alfandegados.

Ao longo do tempo, a AGEF, que recebia de sua controladora um considerável patrimônio em instalações de armazenagem geral e especializada, expandiu significativamente seu acervo, ampliando suas operações, em âmbito nacional, tornando-se uma empresa de médio porte, incluindo em seu patrimônio armazéns gerais, graneleiros e terminais especializados.

A partir de 1990, especialmente no período 1990-92, por orientação governamental, efetivou-se uma drástica diminuição na escala de operações da empresa. A AGEF foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), pelo Decreto n. 473, de 10 de março de 1992. Para efetivação do processo de liquidação, tendo por base o Decreto n. 3.275, de 6 de dezembro de 1999, realizou-se, em 17 de dezembro de 1999, uma assembleia geral extraordinária que, por indicação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nomeou o liquidante e o Conselho Fiscal, fixando o prazo de até 180 dias para a conclusão da liquidação. Foi instituído um cronograma para o processo de liquidação, prevendo a elaboração do balanço patrimonial, levantamento físico dos bens, direitos e obrigações. A maior parte das

suas unidades operacionais foi transferida para a RFFSA, constituindo-se a AGEF remanescente, de poucas unidades operacionais, que teriam o seu controle acionário vendido em hasta pública. A AGEF foi efetivamente dissolvida em 16 abril de 2001, já com as contas aprovadas do período 1980 a 2001.

O recolhimento foi efetuado em duas etapas. A primeira, em 16 de junho de 2003, totalizando 26 metros de documentos relativos à organização e funcionamento, material, patrimônio, orçamento, finanças e operações técnicas. Dessa primeira leva, em 17 de setembro do referido ano, foram transferidas 10 caixas-arquivo da Coordenação de Documentos Escritos para a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, contendo plantas, ampliações fotográficas, slides e fitas de vídeo, para tratamento específico em função do suporte. O segundo recolhimento foi efetivado em 13 de outubro de 2003, correspondendo a 5,50 metros de documentos atinentes à atividade contábil-financeira no período 1963 a 2001.

A documentação audiovisual possui dois itens, descritos em dossiês no nível 4 do SIAN: uma película cinematográfica de 16 mm, sem identificação, e uma fita videomagnética com o título “Utinga”. Não há representante digital referente aos materiais audiovisuais.

### **Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República (U3)**

Em 1947, pelo regimento dos órgãos da Presidência da República fixado pelo Decreto n. 23.822, de 10 de outubro, artigo 38, cabia ao chefe do Gabinete Civil orientar e coordenar os serviços de imprensa da Presidência da República.

#### **Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1965-1968**

Com o Decreto n. 56.596, de 21 de julho de 1965, que estabeleceu um novo regimento para o Gabinete Civil da Presidência da República, as atividades de imprensa foram reunidas na Secretaria de Imprensa. À época, o Gabinete Civil apresentava-se organizado da seguinte forma: Chefia; Subchefias Técnicas; Assessoria Especial do Presidente da República; Secretaria Particular do Presidente da República;

Cerimonial; Diretoria do Expediente; Diretoria de Serviços Gerais, além da já referida Secretaria de Imprensa.

Cabia à Secretaria de Imprensa promover a divulgação das atividades da Presidência da República, competindo-lhe: credenciar jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas junto à sala de Imprensa da Presidência da República; distribuir o noticiário referente às atividades da presidência da República; selecionar, para divulgação na Agência Nacional e órgãos congêneres, as informações e atos do Governo, discriminados, inclusive, por ordem alfabética dos Estados e Territórios, os assuntos de interesse imediato dessas unidades da Federação; preparar sinopses do noticiário diário; organizar a coletânea dos pronunciamentos do Presidente da República. Compunham a Secretaria de Imprensa, os Serviços de Redação e Divulgação e os Serviços de Administração. Para o seu desempenho, a Secretaria de Imprensa podia dispor de redatores, fotógrafos e cinegrafistas da Agência Nacional, com exercício nos Palácios Presidenciais.

Com o Decreto n. 60.349, de 9 de março de 1967, o regimento do Gabinete Civil da Presidência da República foi alterado de modo a acomodar a Agência Nacional ao lado dos demais órgãos do Gabinete Civil. O Gabinete Civil apresentou-se organizado da seguinte forma: Chefia; Subchefias técnicas; Assessoria Especial do Presidente da República; Secretaria Particular do Presidente da República; Secretaria de Imprensa; Cerimonial; Diretoria de Expediente; Diretoria de Serviços Gerais; Agência Nacional. As competências da Secretaria de Imprensa não se modificaram; contudo, a nomenclatura de suas subdivisões administrativas sim: Seção de Redação e Divulgação; Seção de Mecanografia e Expediente. O secretário de Imprensa deveria superintender os serviços da Secretaria, orientar a Agência Nacional na execução dos serviços de informações da Presidência da República, bem como supervisionar a Sala de Imprensa.

#### Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, 1968-1975 (AERP)

Com o Decreto n. 62.119, de 15 de janeiro de 1968, algumas alterações na organização da Presidência da República foram efetuadas. Uma delas diz respeito à substituição das funções da Secretaria de Imprensa pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), sem previamente definir a quem o assessor especial de Relações Públicas se reportaria administrativamente, se ao Gabinete Civil ou ao

Gabinete Militar, dependendo de sua origem, civil ou militar. Era condição básica para ser assessor-chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas formação na área, assim como não se falava em imprensa, nem em comunicação social.

O Decreto n. 67.611, de 19 de novembro de 1970, instituiu o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, atribuindo à Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República as funções de órgão central. Integravam esse Sistema todos os órgãos de relações públicas dos ministérios, do Estado-Maior das Forças Armadas e da administração indireta. A AERP passou a exercer as funções de órgão central do Sistema.

#### Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975-1979

O Decreto n. 75.200, de 9 de janeiro de 1975, ao aprovar o regimento dos gabinetes da Presidência da República, reorganizou o Gabinete Civil, estruturando-o em Chefia e subchefias: Subchefia Executiva, Subchefia Especial (SUESP), Subchefia de Atos Pessoais e Executivos (SAPEX), Subchefia de Assuntos Parlamentares (SUPAR), Subchefia de Estudos e Projetos (SUBEP). À Chefia do Gabinete foram vinculados administrativamente a Assessoria Especial do Presidente da República, a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, a Secretaria Particular, os Cerimoniais e os Oficiais-de-Gabinete do Presidente da República.

#### Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 1979-1981(SECOM)

A Assessoria de Imprensa e Relações Públicas vigorou até os primeiros meses de 1979, quando, pela Lei n. 6.650, de 23 de maio, foi criada, no âmbito da Presidência da República, a Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Esta compunha o conjunto de órgãos de assessoramento, ao lado do Conselho de Segurança Nacional, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, do Conselho de Desenvolvimento Social, da Secretaria de Planejamento, do Serviço Nacional de Informações, do Estado-Maior das Forças Armadas, do Departamento Administrativo do Serviço Público, da Consultoria-Geral da República e do Alto-Comando das Forças Armadas. Tinha por competência a política de comunicação Social, a divulgação de atividades e realizações governamentais, assim como outras atividades de comunicação social. Pela citada lei, a Empresa Brasileira de Radiodifusão S.A. (RADIOBRÁS)

passou a ser vinculada administrativamente à SECOM, assim como a Agência Nacional, então transformada em empresa - Empresa Brasília de Notícias (EBN). A SECOM passou a contar com os seguintes cargos comissionados: secretário-geral; inspetor-geral de Finanças; chefe de Gabinete e consultor jurídico. O titular usufruía do status de ministro.

Com o Decreto n. 83.559, de 7 de junho de 1979, a estrutura básica da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR) assumiu características bem mais complexas que aquelas que possuía até aquele momento. Seus órgãos foram categorizados da seguinte maneira: órgãos de assistência direta e imediata ao ministro, órgãos centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro e órgãos centrais de direção superior. Como órgãos de assistência direta e imediata ao ministro, foram reunidos na SECOM o Gabinete do Ministro (GM), a Consultoria Jurídica (CJ) e a Divisão de Segurança e Informações (DSI). Como órgãos centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro, a Secretaria-Geral (SG) e a Inspeção Geral de Finanças (IGF). E como órgãos centrais de Direção Superior, a Secretaria de Imprensa (SI), a Secretaria de Projetos Especiais (SPE), o Departamento de Administração (DA) e o Departamento de Pessoal (DP).

Pelo referido ato, competia à SECOM a política de comunicação social, a divulgação de atividades e realizações governamentais e outras atividades de comunicação social. Vinculada à SECOM, a Empresa Brasileira de Radiodifusão S/A (RADIOBRÁS). A Agência Nacional, enquanto não concluída sua transformação em empresa pública, ficava subordinada à SECOM. Cabia à Secretaria de Imprensa (SI), um dos órgãos centrais da SECOM, promover a divulgação de atividades da Presidência da República, coordenar a área de imprensa do Sistema de Comunicação Social, manter relacionamento com os representantes da imprensa nacional e estrangeira (informações, credenciamento e acesso a determinados eventos).

#### Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1981-1987(SID)

Em 1981, a configuração de 1979 foi bastante alterada. Pelo Decreto n. 85.630, de 7 de janeiro de 1981, foram instituídos no Gabinete Civil da Presidência da República a Secretaria de Relações Públicas e a Secretaria de Imprensa. Coube à Secretaria de Relações Públicas exercer as atividades de órgão central do Sistema de

Comunicação Social do Poder Executivo, conforme Decreto n. 83.539, de 4 de junho de 1979. E à Secretaria de Imprensa a divulgação de atividades da Presidência da República, o relacionamento com os representantes da imprensa nacional e estrangeira.

Em 9 de março de 1981, pelo Decreto n. 85.795 foram extintas as citadas secretarias de Relações Públicas e a de Imprensa e instituída a Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID). Cabia à SID, a difusão das atividades da Presidência da República e dos programas governamentais, o relacionamento com os representantes da imprensa nacional e estrangeira e a orientação das atividades de comunicação social da Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS).

Em 7 de julho do mesmo ano, pelo Decreto n. 86.190/1981, agregou-se à SID uma Comissão Consultiva que, presidida pelo secretário de Imprensa e Divulgação era integrada pelo coordenador-geral e pelos coordenadores de Imprensa e de Divulgação da dita secretaria, como a incumbência de formular a política de comunicação social do Poder Executivo.

Em 2 de dezembro, pelo Decreto n. 86.680/1981, definiu-se a competência do ministro de Estado chefe do Gabinete Civil no que diz respeito à convocação de emissoras de radiodifusão, cabendo à Secretaria de Imprensa e Divulgação a intermediação para que ela se efetivasse.

No ano seguinte (1982), pelo Decreto n. 86.825, de 8 de janeiro, definiu a composição do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, então integrado pela SID, como órgão central, e pelas unidades de comunicação dos ministérios, pelos os órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República e entidades da Administração Indireta.

O Decreto n. 91.388, de 1 de julho de 1985, abriu a possibilidade de integrarem a Comissão Consultiva pessoas indicadas pelo Gabinete Civil e pelo presidente da República, ao mesmo tempo que criou no âmbito da SID uma Coordenação de Relações Públicas.

#### Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1987 (SID)

A Secretaria de Imprensa e Divulgação teve seu nome e subordinação alterados pelo Decreto n. 93.953, de 21 de janeiro de 1987, passando a denominar-se

Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Embora conservando a sigla SID, passou a reportar-se ao Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Cabia-lhe, então: assistir o presidente da República em seu relacionamento com a imprensa nacional e estrangeira, promover a divulgação dos atos e atividades do presidente da República; coordenar a cobertura jornalística de audiências concedidas pelo Presidente da República; facultar o acesso de jornalistas a locais onde ocorresse a eventos de que participe o presidente da República; coordenar o credenciamento dos profissionais de imprensa que cobrem atividades na Presidência da República; proceder à articulação operacional dos órgãos governamentais de comunicação social em atos, eventos, solenidades ou viagens, de que participe o presidente da República; preparar programas de rádio e televisão e coligir matérias, notícias, informe e artigos, de interesse do Presidente da República; prestar apoio às atividades do Comitê de Imprensa junto à Presidência da República.

Dirigida por um secretário que contava com um secretário-adjunto, organizou-se em Subsecretaria de Redação e Subsecretaria de Apoio Administrativo.

#### Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal, 1987- (SECAF)

Um decreto subsequente, o Decreto n. 93.954/1987, de mesmo dia e mês do anterior (21 de janeiro), instituiu, paralelamente, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal (SECAF), igualmente no âmbito do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

#### SID e SECAF

Em 23 de dezembro de 1987, o Decreto n. 95.575, ao aprovar o regimento dos gabinetes da Presidência da República, também revogou os Decretos n. 92.614, de 2 de maio de 1986, 93.953 e 93.954, ambos de 21 de janeiro de 1987. Pelo novo regimento, a Presidência da República foi organizada em Gabinete Civil e Gabinete Militar. A SID e a SECAF, além da Assessoria Especial, a Secretaria Particular, o Cerimonial, enquanto órgãos do Gabinete Pessoal do Presidente da República, passaram a vincular-se, administrativamente, ao Gabinete Civil.

A documentação recolhida, inicialmente em 1991 e posteriormente nos anos de 1994 e 1995, possui distintos produtores: Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (1968-1975), Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da

República (1975-1979), Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (1979-1981), Secretaria de Imprensa da Presidência da República (1981) e Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República (1981 -1987). O acervo possui documentos sonoros, iconográficos e audiovisuais. A documentação audiovisual que constava até 2021 com o fundo Presidência da República (BR RJANRIO DX), passou para este fundo em 31 de julho do referido ano.

O fundo é dividido em séries, dossiês e itens na base de dados do SIAN. A seção filmes é dividida em 6 subséries, organizadas por assunto e ordem cronológica: Documentários, Filmetes institucionais, Governo Ernesto Geisel, Governo João Figueiredo, Governo Médici e Programas de Televisão. As subséries possuem um total de 1558 dossiês e um total de 2729 itens documentais: películas de filme e fitas videomagnéticas.

Neste fundo, há 291 representantes digitais inseridos no SIAN para consulta.

### **Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste (TS)**

O Decreto-lei n. 5.878, de 4 de outubro de 1943, instituiu a Fundação Brasil Central, destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas entre os altos-rios Araguaia e Xingu, do Brasil Central e Ocidental.

A Lei n. 5.365, de 1 de dezembro de 1967, criou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior. Por essa mesma lei, foi extinta a Fundação Brasil Central e transferidos para a SUDECO seu acervo patrimonial, recursos orçamentários e serviços.

O Decreto n. 83.385, de 2 de maio de 1979, alterou a estrutura básica da SUDECO e a Portaria n. 487, de 4 de dezembro de 1979, estabeleceu como competência da SUDECO a promoção do desenvolvimento da região Centro-Oeste, o planejamento integrado e a coordenação de atividades no espaço físico abrangente dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, do Território Federal de Rondônia, Goiás e do Distrito Federal e sua área geoeconômica, atendidas as diretrizes do planejamento nacional.

A SUDECO foi extinta pela Medida Provisória n. 151, de 15 de março de 1990. Por meio do Decreto n. 99.474, de 24 de agosto de 1990, foram transferidos à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, com os correspondentes acervos patrimoniais e documentos, os planos, programas e projetos de

desenvolvimento regional que estavam a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

A documentação foi recolhida, inicialmente, por meio do ofício n. 185/INVENTARIANTE, de 19 de setembro de 1991. Em 19 de maio de 2010, foi assinado um novo termo de recolhimento entre o Arquivo Nacional e o Ministério da Integração Nacional referente à entrada do acervo decorrente da implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.

O acervo proveniente da SUDECO possui documentos sonoros e audiovisuais. No fundo, a seção destinada a filmes possui 27 dossiês e um total de 33 itens documentais, referentes a películas cinematográficas contendo imagens em movimento das atividades da superintendência no período de 1950 a 1970. Não constam representantes digitais na base de dados do SIAN.

#### **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (JP)**

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar n.º 125, de 3 de janeiro de 2007, com sede e foro na cidade do Recife, estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional. A missão da Sudene, segundo informação institucional, é de promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Estão sob jurisdição da Sudene os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e, parcialmente, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A documentação da SUDENE deu entrada no Arquivo Nacional, através de recolhimento, em 29 de julho de 2005, e sua produção documental compreende o período de 1959 a 2001. Constam depositados na instituição 6 itens documentais, em suporte de películas cinematográficas de 16 mm, que contém filmes promocionais de atividades econômicas da Região Nordeste como artesanato, usina de cana de açúcar e agricultura. As informações do fundo no SIAN estão inseridas apenas no nível 1 e não há representantes digitais.

#### **Telecomunicações Brasileiras SA (CZ)**

O Código Brasileiro de Telecomunicações foi instituído pela Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, com o objetivo de disciplinar os serviços telefônicos e colocá-los sob o controle da autoridade federal. O código definiu a política básica de telecomunicações, a tarifa básica e o planejamento de integração das telecomunicações em um Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT). Em 1967, foi aprovado o decreto n. 200 que criou, entre outros, o Ministério das Comunicações.

No início da década de 1970, a telefonia urbana era deficiente. Como solução, foi autorizada a criação da Telecomunicações Brasileiras Sociedade Anônima (TELEBRAS), por meio da lei nº 5792, de 11 de julho de 1972, vinculada ao Ministério das Comunicações, com atribuição de planejar, implementar e operar o Sistema Nacional de Telecomunicações.

A partir dos anos 1980, considerou-se o processo de incorporação de companhias telefônicas, ficando a TELEBRAS responsável pela operação de mais de 95% dos terminais telefônicos. Nos anos 1990, a TELEBRAS alcançou a cifra de 10 milhões de acessos telefônicos instalados e deu início às instalações do Sistema de Telefonia Móvel Celular e Rede Inteligente. O sistema TELEBRAS foi privatizado em 29 de julho de 1998, após um processo de transformação iniciado em 1995, com mudanças na Constituição Federal referente às telecomunicações. Em seguida, foi criada a Lei Geral de Telecomunicações, que criou e implementou a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) como órgão regulador, foi aprovado o Plano Geral de Outorgas e o Plano Geral de Metas, foi efetivada a reestruturação do Sistema Telebrás e a abertura de capital para venda no mercado de ações dos ativos que eram de propriedade da União Federal.

Entre todos os fundos identificados nesta pesquisa, este é o único que não possui um código de referência com as iniciais da sede. O código BR DFANBSB refere-se à coordenação regional do Arquivo Nacional, localizado em Brasília.

A documentação recolhida pela Regional do Arquivo Nacional foi efetuada nos anos de 2000, 2003, 2005, 2008 e 2015, contendo documentos microfilmados e textuais, com informações administrativas, contábeis, financeiras e orçamentárias da TELEBRAS. Contudo, consta no nível 1 do SIAN informações de recolhimentos de fitas magnéticas, identificadas e custodiadas pela CODAC. Não constam registros no SIAN sobre estes documentos visuais, mas encontram-se custodiados por esta coordenação 368 fitas VHS, sem representantes digitais disponíveis no SIAN.

### **TV Tupi (NO)**

A TV Tupi foi a primeira emissora de televisão da América Latina, fundada em 18 de setembro de 1950, em São Paulo, por Assis Chateaubriand.

Francisco de Assis Chateaubriand, jornalista e empresário paraibano, era dono dos Diários e Emissoras Associados, cadeia de jornais, revistas e emissoras de rádio.

A inauguração da PRF-3 Difusora, prefixo da TV Tupi de São Paulo, ocorreu após um curto período de treinamento e preparação dos técnicos e artistas. Quatro meses depois, Chateaubriand inaugurou a segunda emissora de televisão da América Latina, a TV Tupi do Rio de Janeiro, no dia 20 de janeiro de 1951.

A primeira sede da TV Tupi no Rio de Janeiro foi instalada no prédio dos Diários Associados, na avenida Venezuela, zona portuária da cidade. Mais tarde, foi transferida para as instalações do antigo Cassino da Urca.

Com a morte de Assis Chateaubriand, várias crises associadas à má administração resultaram no declínio da TV. Em 17 de julho de 1980, antes de completar 30 anos no ar, a TV Tupi teve sua concessão cassada pelo governo federal. Minutos antes do meio-dia de 18 de julho de 1980 foi lacrado o transmissor da emissora. A concessão cassada foi repassada, posteriormente, a Silvio Santos e a Adolfo Bloch.

O acervo da TV Tupi deu entrada, através de doação, no Arquivo Nacional, em duas ocasiões: em dezembro de 1986, por ex-funcionários da extinta emissora; e em agosto de 2005, de outra parte que se encontrava nas dependências da Rádio Tupi, no antigo Cassino da Urca. A documentação proveniente da doação possui documentos sonoros e audiovisuais.

Os documentos filmográficos e televisivos da TV Tupi são organizados por assunto no SIAN, no nível 3, nas seguintes séries: filmes (películas cinematográficas), programas de televisão, publicidades e telenovelas (fitas magnéticas de 1 e 2 polegadas, U-Matic). No nível de dossiês (nível 4) estão descritos os conteúdos da documentação audiovisual referentes a cenas da vida nacional e internacional, resultantes de cobertura jornalística e da programação de entretenimento da emissora. O período de produção da emissora compreende os anos de 1950 a 1980. Uma parte considerável do acervo é constituído de material mudo.

O acervo audiovisual é quantificado da seguinte forma: 4763 itens documentais, entre rolos de filmes em película de 16mm, fitas videomagnéticas de duas e de uma polegada (chamadas de quadruplex) e fitas videomagnéticas U-Matic, distribuídos em 2565 dossiês descritos no nível 4.

Há 312 representantes digitais inseridos no SIAN para pesquisa na base de dados disponíveis para consulta das imagens.

## 4.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A partir das informações apresentadas, é possível realizar uma síntese dos dados coletados a partir da apresentação dos fundos selecionados para esta pesquisa. A finalidade é a compilação das questões concernentes ao processamento técnico dos documentos audiovisuais, tomando como referência o quadro elaborado durante a pesquisa (APÊNDICE) e, a partir daí, obter alguns apontamentos capazes de subsidiar e auxiliar na construção de planos de trabalho que possam aprimorar o trabalho desempenhado no tratamento arquivístico deste gênero documental.

O recorte de pesquisa selecionou 39 fundos contendo documentos audiovisuais. Destes, 23 fundos deram entrada no Arquivo Nacional através de recolhimento e 16 através de doação. Os fundos, em sua maioria, receberam o título levando-se em consideração o nome de seu(s) produtor(es). Em alguns casos, o título do fundo remetia ao último produtor indicado no SIAN, como é o caso do fundo AN.

Segundo os dados coletados, estão depositados 36572 itens documentais de arquivos audiovisuais, distribuídos entre películas cinematográficas, fitas U-Matic, Betacam, MiniDV, VHS e quadruplex. A distribuição deste acervo está descrita em 14490 dossiês, nos fundos recolhidos e doados. A diferença entre dossiês e itens documentais pode ser brevemente resumida na existência de distintos materiais em cada dossiê. Um dossiê (filme, neste caso) da Agência Nacional, na subsérie Cinejornal Informativo, pode conter cópias em película e negativos de imagem e de som.

Quanto aos demais gêneros documentais inseridos nos fundos analisados, 15 possuem apenas documentos audiovisuais. Os 24 restantes possuem documentos cartográficos, iconográficos, bibliográficos, sonoros ou textuais em seu acervo documental. Há ocorrência, em alguns fundos exclusivamente audiovisuais, em que fichas de catálogo, documentos de produção de produções cinematográficas ou cartelas de filmes não são considerados como documentação textual. Não foi possível a investigação sobre o porquê desse tipo de produto dos filmes não ser inserido na instituição como documentação textual acumulada pelo produtor em suas atividades audiovisuais.

A data-limite atribuída à produção destes documentos audiovisuais não é precisa nas informações obtidas, havendo produtores que possuem documentos proveniente do século XIX, período ainda pouco provável para a aquisição - e por que não mencionar a conservação - de produções cinematográficas. As datas de produção predominam a partir dos anos 1950,

com o prazo final mais recente sendo o ano de 2010. Não constam informações exatas sobre o ano de produção dos filmes nos diferentes suportes. Majoritariamente, tratando-se das películas cinematográficas, as produções foram realizadas a partir do final dos anos 1960, com poucas exceções a períodos anteriores. As informações coletadas de películas com data de produção mais antiga referem-se ao fundo IAPI e ao fundo da Agência Nacional, ambas referentes à década de 1940.

As datas de ingresso no Arquivo Nacional, seja por recolhimento ou doação, possui a seguinte distribuição ao longo dos anos: 1960, uma entrada; 1970, uma entrada; 1980, 3 entradas; 1990, 8 entradas; 2000, 21 entradas; e 2010, 5 entradas. Predomina, neste caso, a maioria de entrada de documentos audiovisuais nos anos 2000, período no qual o Arquivo Nacional recebeu a maior remessa de películas cinematográficas de sua história, sendo uma das consequências a chegada de filmes provenientes da Cinemateca do Museu de Arte Moderna. Nesta remessa, também deram entrada sob regime de comodato, obras de cineastas outrora depositados em outra instituição de guarda de acervos audiovisuais.

Os fundos de documentos audiovisuais, objetos deste estudo, estão inseridos no SIAN com código de referência próprio, com suas informações articuladas em diferentes níveis de descrição. A pesquisa debruçou-se sobre o levantamento do estágio de descrição dos documentos audiovisuais, levando em consideração o alcance de cada fundo na base de dados. Todos os fundos inscritos no SIAN possuem suas informações gerais descritas no nível 1, considerando a recomendação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006) sobre os campos obrigatórios de descrição. Neste trabalho, buscamos observar até qual nível de descrição os fundos estudados estão inseridos no SIAN. Entre os 39 fundos selecionados, 4 deles têm informações apenas no nível mais básico, que é o Fundo, no SIAN. Em um nível mais detalhado, encontramos 21 fundos no nível 4 (Dossiê), 13 no nível 5 (Item) e um único fundo no nível 3 (Série). Esta análise demonstra a profundidade de informações dos acervos audiovisuais, com informações inseridas a nível de itens documentais, o que proporciona um maior detalhamento das partes que compõem o acervo. Este detalhamento proporciona ao usuário do SIAN um campo maior de informações referentes aos documentos custodiados pelo Arquivo Nacional. Por outro lado, fundos descritos apenas no nível 1, ainda que possuam as principais informações de determinado acervo, carecem de informações sobre os títulos, materiais e itens documentais que porventura não foram incluídos na base de dados.

Por fim, os representantes digitais são arquivos em formato digital de um documento originalmente não digital. É uma forma de diferenciá-lo do documento de arquivo nato digital (CONARQ, 2020, p. 43). Esses arquivos em formato digital permitem que os usuários possam

ter acesso, de forma eletrônica, aos arquivos depositados nas instituições arquivísticas. No levantamento realizado, foram identificados 1992 representantes digitais nos fundos estudados. Esse total representa 13,75% do total de documentos audiovisuais descritos no SIAN. A Agência Nacional é o fundo que possui o maior número de representantes digitais: 999. Em seguida vem a TV Tupi (312), Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República (291) e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (268). Os quatro fundos reunidos representam 93,8% do total de arquivos digitais disponíveis para consulta no SIAN.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos analisar o processamento técnico dos documentos audiovisuais no Arquivo Nacional, a principal instituição arquivística do Brasil. Ao longo deste estudo, questionamos o perfil desse acervo, seu estágio de organização e o nível de descrição arquivística. Com o objetivo geral de elaborar um diagnóstico arquivístico, nossa investigação foi pautada por três objetivos específicos: discutir conceitualmente os documentos audiovisuais e seu lugar nos arquivos; problematizar o processamento técnico desses documentos, identificar o perfil do acervo audiovisual e suas formas de ingresso; e mapear o estágio de organização, nível de descrição e digitalização do acervo. Ao fornecer um diagnóstico detalhado da situação atual, permite à instituição repensar suas abordagens e estratégias para a gestão desse patrimônio audiovisual.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, exploramos questões teóricas fundamentais no campo da Arquivologia, documentos audiovisuais e processamento técnico. Essas discussões serviram de alicerce para nossa análise da situação dos documentos audiovisuais custodiados pelo Arquivo Nacional. Utilizamos uma metodologia que envolveu a coleta e análise de documentos, bem como a exploração do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) e de instrumentos de pesquisa desenvolvidos pela equipe técnica da instituição.

O acervo audiovisual do Arquivo Nacional, representativo da história, cultura e memória brasileira, merece uma atenção especial e um compromisso constante com sua disponibilização para as futuras gerações.

No contexto atual, a tecnologia digital desempenha um papel central com implicações significativas para a área de arquivologia, uma vez que os usuários estão cada vez mais incorporando ferramentas digitais em seu cotidiano. A consulta pela internet às informações de acervos e documentos guardados nas instituições tornou-se mais rápida. Os resultados desta pesquisa podem ajudar a melhorar na organização, descrição e preservação dos documentos audiovisuais, contribuindo para a adaptação das práticas arquivísticas às mudanças tecnológicas e ao contexto contemporâneo.

Esta pesquisa adotou uma abordagem que se concentrou na análise das informações presentes no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), campos de descrição, forma de organização dos acervos e disponibilidade de representantes digitais para acesso ao público. Considerou-se as diferentes formas de ingresso dos documentos no Arquivo

Nacional, como recolhimento e doação, com cada modalidade possuindo requisitos e processos distintos.

A pesquisa analisou 39 fundos que continham documentos audiovisuais, representando uma variedade de instituições e produtores. Essa diversidade reflete a realidade do acervo audiovisual do Arquivo Nacional. Essa realidade pode ser dimensionada no levantamento de itens documentais presentes nesses acervos. Ao todo, foram contabilizados 36572 documentos audiovisuais, em distintos formatos e suportes. A dimensão mensurada abre caminho para uma reflexão acerca da força de trabalho presente no Arquivo Nacional, responsável pelo processamento técnico dos distintos gêneros documentais custodiados pela instituição. O quantitativo representado diz respeito a apenas um gênero documental, além do fato de haver sido recortado o objeto por opção metodológica. Além dos documentos audiovisuais recolhidos e doados, o Arquivo guarda acervos consideráveis de cineastas e produtores de cinema em regime de comodato, modalidade não aprofundada nesta pesquisa.

As datas de ingresso no Arquivo Nacional também mostram uma concentração significativa nos anos 2000, relacionada à chegada de películas cinematográficas da Cinemateca do Museu de Arte Moderna. A identificação de 1.992 representantes digitais nos fundos estudados representa um passo importante em direção à acessibilidade desses documentos. Essas análises fornecem uma base para planos de trabalho que visem aprimorar o tratamento arquivístico dos documentos audiovisuais no Arquivo Nacional.

Por fim, conclui-se a pertinência da pesquisa e o levantamento e análise das informações a fim de contribuir com as práticas desempenhadas no Arquivo Nacional, no que tange o processamento técnico dos documentos audiovisuais. Além disso, abrem-se caminhos para estudos e análises mais específicas sobre diversos pontos abordados na pesquisa sobre os documentos audiovisuais e sua inserção no universo arquivístico.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R.G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2013
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Política de preservação digital**. Dez, 2016. Disponível em:  
[http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an\\_digital/and\\_politica\\_preservacao\\_digital\\_v2.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an_digital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. Abr, 2010.
- BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE)**. Glossário (versão 8.0). Rio de Janeiro, 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros**. Rio de Janeiro: 2014b.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Princípios de acesso aos arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em:  
[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/principios\\_acesso\\_arquivos.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/principios_acesso_arquivos.pdf) Acesso em: 13 jan. 2021.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução n. 41, de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos SINAR, visando a sua preservação e acesso. **Diário Oficial da União**: 11 de dezembro de 2014.
- CLOONAN, Michele. Preservando documentos de valor permanente. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 107-134.
- COELHO, Maria Fernando Curado. Apontamentos sobre o desafio de preservar obras audiovisuais a longo prazo. **Revista Arquivo em Cartaz**: mulheres de cinema, p. 54-69, nov. 2019.

CONWAY, Paul. Preservação no Universo Digital. 2 ed. **Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: Heymann, L.Nedel, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 17-81.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPares. Tradução de Jerusa Gonçalves de Araújo. Revisão Técnica: Rosely Curi Rondinelli. **Arquivo & Administração**, v. 4, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2005.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 19-45.

EDMONDSON, Ray. **Arquivística Audiovisual: filosofia e princípios**. Paris: UNESCO/UNISIST, 2017

HOLLÓS, Adriana Cox. A preservação de filmes no Arquivo Nacional. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro. v.16, n. 1, p. 103-110, jan./jun., 2003.

KETELAAR, E. (Des) construir o arquivo. In: HEYMANN, L., NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 193-2016.

PAMPLONA, Walmor Martins. **Documentos audiovisuais nos arquivos: um estudo sobre a trajetória da seção de filmes do Arquivo Nacional**. 2020. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro, 2020.

MANINI, Mirian Paula. Preservação de Documentos Especiais. **Revista Ibero-Americana**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 528-563, jul./dez. 2016.

MUNIZ, Nancy A. Campos. O símbolo e a construção imaginária de uma instituição. In: \_\_\_\_\_. MANINI, Miriam Paula; MARQUES, Otacílio Guedes; MUNIZ, Nancy Campos (org.). **Imagem, memória e informação**. Brasília: Ícone, 2010. cap. 6, p. 125-145.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. São Paulo, 2010.

SANTOS NETO, Antonio Laurindo dos. **Os cinejornais da Agência Nacional no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e no Portal Zappiens: contribuições para análise, descrição e representação arquivística**. 2014. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. O clássico e o pós-moderno: algumas reflexões acerca da arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 42-59, jan./jul., 2014.

SILVA, Luiz Antônio Santana da; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Discurso e práxis do documento audiovisual no arquivo: perspectiva de organização arquivística. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 05-29, jul/dez. 2014.

SILVA, Luiz Antônio Santana da; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Documentos Audiovisuais são Arquivos? Reflexões a partir de conceitos clássicos e contemporâneos. **Ágora**, Florianópolis, v. 23, p. 35-56, 2013,

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação: um cenário em arquivos e bibliotecas. **Verbo de Minas**, Juiz de Fora, v. 11, n. 19, p. 241-253, jan./jul. 2011.

SOUZA, Carlos Roberto de. **A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil**. Tese (Doutorado). Departamento de Cinema, Televisão e Rádio. Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2009.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. **Os documentos especiais à luz da arquivologia contemporânea**: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro, 2014.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun., 2016.

## APÊNDICE

TÍTULO	CÓDIGO DE REFERÊNCIA	AQUISIÇÃO	PRODUTOR	DIMENSÃO	OUTROS GÊNEROS	DATA LIMITE	INGRESSO	OUTROS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	NÍVEL DE DESCRIÇÃO	REPRESENTANTES DIGITAIS	ORGANIZAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO
Agência Nacional	BR RJANRIO EH	recolhimento	Departamento de Imprensa e propaganda (1939-1945); Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934 – 1939); Empresa Brasileira de Notícias (1979-1988)	9627 itens (1071 dossiês)	Iconográficos, sonoros e textuais.	1935-1988	1964	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	999	organizados em subséries, por ordem cronológica
Apolônio de Carvalho	BR RJANRIO GK	doação	Apolônio Neves Pinto de Carvalho	16 itens (15 dossiês)	Iconográficos, sonoros e textuais.	1920-2005	2012	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição. Comissão de Anistia e Ministério Público de São Paulo	nível 4	x	ordem anterior (espécie e gênero)
Arquivo Nacional	BR RJANRIO AN	doação	Arquivo Nacional (1911), Arquivo Público Nacional (1890), Arquivo Público do Império (1830)	124 itens (116 dossiês)	Iconográficos, cartográficos, sonoros e textuais.	1838-2009	1987	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	11	Alfabética - Alfanumérica - Assunto - Cronológica - Espécie/Tipo.
Carlos Henrique Latuff	BR RJANRIO H7	doação	Carlos Henrique Latuff de Sousa	27 itens (27 dossiês)	bibliográfico e iconográfico	1990-2007	2007; 2010	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	27	ordem anterior (espécie e gênero)
Carteira de Comércio Exterior	BR RJANRIO HZ	recolhimento	Banco do Brasil; Carteira de	5 itens (3 dossiês)	x	1982-1985	2003	topográficos, documentos de entrada,	nível 5	x	ordem anterior (espécie e gênero)

			Comércio Exterior					catálogos, fichas na instituição.			
César Nunes Produções Cinematográficas	BR RJANRIO NK	doação	Produções César Nunes Limitada	781 itens (554 dossiês)	textuais	1940-1981	1989	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	41	organizados em subseríes, por ordem cronológica, espécie/tipo
Comissão Nacional de Energia Nuclear	BR RJANRIO NN	recolhimento	Comissão Nacional de Energia Nuclear	11 itens (8 dossiês)	textuais	1960-1972	2007	Comissão de Anistia e Ministério Público de São Paulo	nível 4	5	gênero e assunto
Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro	BR RJANRIO LD	recolhimento	Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro	26 itens (26 dossiês)	cartográficos, micrográficos e textuais	1921-2000	1996	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	x	Procedência e tema
Companhia Vale do Rio Doce	BR RJANRIO AAA	recolhimento	Companhia Vale do Rio Doce	768 itens (768 dossiês)	x	1983-1995	2002	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	6	Procedência
Conselho Nacional de Direitos da Mulher	BR RJANRIO EZ	recolhimento	Conselho Nacional de Direitos da Mulher	308 itens (256 dossiês)	textuais e sonoros	1983-2005	2009	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	x	Procedência
Departamento Nacional de Obras de Saneamento	BR RJANRIO 04	recolhimento	Departamento Nacional de Obras de Saneamento (1940-1990); Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (1936-1940)	74 itens (57 dossiês)	cartográficos, iconográficos, sonoros e textuais	1936-1990	1995	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	x	Procedência
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	BR RJANRIO AA9	recolhimento	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	2348 itens (504 dossiês)	x	1954-1981	2002	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	x	Procedência

Diretoria de Telecomunicações da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República	BR RJANRIO EF	recolhimento	Presidência da República	170 itens (84 dossiês)	x	1976-1979	2005	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	x	espécie
Divisão de Censura de Diversões Públicas	BR RJANRIO NS	recolhimento	Departamento de Polícia Federal (Brasil). Divisão de Censura de Diversões Públicas	536 dossiês (536 itens)	x	1960-1988	1990	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	1	Alfabética, assunto, cronológica
Divisão de Informação e Segurança do Ministério das Relações Exteriores	BR RJANRIO Z4	recolhimento	Ministério das Relações Exteriores (Brasil). Divisão de Segurança e Informações	182 itens (81 dossiês)	x	1981-1997	2006-2007	Comissão de Anistia e Ministério Público de São Paulo	nível 5	1	Assunto, cronológica
Empresa Brasileira de Notícias	BR RJANRIO NL	recolhimento	Empresa Brasileira de Notícias	81 itens (9 dossiês)	x	1979-1980	1992	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	8	Procedência
Elyσιο Martins	BR RJANRIO F7	doação	Elyσιο Martins	39 itens (36 dossiês)	x	1940 - ?	2009	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	5	Procedência
Ernesto German Páres	BR RJANRIO FJ	doação	Ernesto German Páres	2 itens (2 dossiês)	bibliográficos, iconográficos, sonoros e textuais	1984-1992	2009	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição., Comissão de Anistia e Ministério Público de São Paulo	nível 4	x	Alfabética, assunto, cronológica
Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa	BR RJANRIO FS	recolhimento	Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa	7579 itens (5315 dossiês)	x	1960-1980	2002	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	268	procedência, cronológica

Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência	BR RJANRIO ON	recolhimento	Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência	703 itens (46 dossiês)	cartográficos, iconográficos, sonoros e textuais	1898-1995	1996	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	1	Alfabética, cronológica, espécie/tipo, numérica, assunto, autor.
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	BR RJANRIO HA	doação	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	324 itens(206 dossiês)	iconográficos e sonoros	1980-2000	2011	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição. Fundação Getulio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil	nível 5	x	procedência, cronológica
Instituto Brasileiro do Café	BR RJANRIO N9	recolhimento	Instituto Brasileiro do Café	29 itens (25 dossiês)	cartográficos, iconográficos, sonoros e textuais	1952-1990	1990	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	x	Espécie, tipo
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários	BR RJANRIO LT	recolhimento	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários	1 item (1 dossiê)	x	1933-1966	2002-2005(?)	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	1	Espécie, tipo
Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais	BR RJANRIO QL	doação	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais	54 itens (15 dossiês)	bibliográficos, iconográficos, sonoros e textuais	1960-1974	1974	Comissão de Anistia e Ministério Público de São Paulo	nível 5	14	Assunto
Luis Carlos Lacerda	BR RJANRIO JZ	doação	Luis Carlos Lacerda	13 títulos (75 itens)	x	1945-1998	2001	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 1	x	procedência
Marcus Vinicius Pereira Alves	BR RJANRIO JI	doação	Marcus Vinicius Pereira Alves	1 item (1 dossiê)	sonoros	1960-1979	2016	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	x	procedência

Maria da Conceição da Costa Neves	BR RJANRIO CCN	doação	Maria da Conceição da Costa Neves	10 itens (9 dossiês)	sonoros	1950-1970	2009	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	2	espécie
Mario Lago	BR RJANRIO ML	doação	Mario Lago	3 itens (2 dossiês)	cartográficos, iconográficos, sonoros e textuais	1881-2002	2002	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição; Comissão de Anistia e Ministério Público de São Paulo	nível 4	x	gênero/espécie
Ministério do Exército	BR RJANRIO AAB	recolhimento	Ministério do Exército	1000 itens (480 dossiês)	x	1964-1970	2002	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	x	procedência
Nélie Sá Pereira	BR RJANRIO JJ	doação	Nélie Sá Pereira	1 item (1 dossiê)	x	1977	2007	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	x	procedência
Nelson Rodrigues, Noilton Nunes, Rubem Corveto de Azeredo e Paulo Roberto Jabour	BR RJANRIO G3	doação	Nelson Rodrigues, Noilton Nunes, Paulo Roberto Jabour, Rubem Corveto de Azeredo	6 itens	x	1945-1998	2011	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 1	x	x
Radiobras Empresa Brasileira de Radiodifusão	BR RJANRIO 06	recolhimento	Radiobras Empresa Brasileira de Radiodifusão	4072 itens	sonoros	1970-1985	2002	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.; Comissão de Anistia e Ministério Público de São Paulo	nível 3	x	procedência
Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários Sociedade Anônima	BR RJANRIO EK	recolhimento	Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários Sociedade Anônima	2 itens (2 dossiês)	cartográficos textuais	1955-2001	2003	topográficos, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	x	procedência

Roland Cobisier	BR RJANRIO VBO	doação	Roland Cavalcanti de Albuquerque Cobisier	3 itens (2 dossiês)	iconográficos, sonoros e textuais	1871-2005	2010	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	x	procedência
Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República	BR RJANRIO U3	recolhimento	Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República	2729 itens (1558 dossiês)	iconográficos e sonoros	1967-1985	1991-1995	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 4	291	Alfabética, cronológica, espécie/tipo, numérica, assunto, autor.
Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste	BR RJANRIO TS	recolhimento	Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste	33 itens (27 dossiês)	bibliográficos, sonoros, textuais	1950-1970 (1943-1992 BSB)	1991	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição; Comissão de Anistia e Ministério Público de São Paulo	nível 4	x	procedência
Superintendência do Desenvolvimento da Região Norte	BR RJANRIO JP	recolhimento	Superintendência do Desenvolvimento da Região Norte	6 itens	x	1959-2001	2005	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 1	x	procedência
Telecomunicações Brasileiras SA	BR RJANRIO CZ	recolhimento	Telecomunicações Brasileiras SA	51 itens	sonoros	1965-2010	2000	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 1	x	Alfabética - Alfanumérica - Espécie/Tipo.
TV Tupi	BR RJANRIO NO	doação	TV Tupi	4763 itens (2565 dossiês)	sonoros	1952-1980	1986	topográfico, documentos de entrada, catálogos, fichas na instituição.	nível 5	312	gênero/espécie/ assunto